

CADERNO DE TESES

VII CONSEJU - RS

O BEM VIVER E A RADICALIDADE
DE SONHAR OUTROS MUNDOS
Porto Alegre - Julho 2023 - Sindjus RS

De 27 a 30 de julho
Local: Novotel Porto Alegre - Três Figueiras



VII CONGRESSO ESTADUAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

VII CONSEJU/RS

Porto Alegre, 2023

Após um período com restrições por causa da pandemia, o Sindjus retoma o Congresso Estadual dos Servidores do Judiciário (Conseju/RS). A sétima edição terá como tema “O Bem Viver e a radicalidade de sonhar outros mundos” e acontece entre os dias 27 e 30 de julho de 2023, no Novotel Três Figueiras, em Porto Alegre.

Importante instância de deliberação do SindjusRS, realizado de três em três anos, o Congresso é órgão de ampla orientação político-sindical do movimento de lutas dos servidores do Poder Judiciário e o fórum de discussão das questões gerais de classe (conforme art. 52 ao 56 do estatuto do sindicato). Para este congresso, além dos temas propostos como orientação de debate, a categoria terá um dia inteiro para pensar coletivamente a pauta de luta e estratégias para guiar a direção do Sindjus/RS para o próximo semestre e início de 2024.

Como eixo norteador do VII Conseju/RS, estamos apresentando o conceito do Bem Viver, ideal de sociedade construída pelos povos originários há mais séculos, mas que até hoje não se concretizou em sua plenitude. Neste período, as desigualdades aumentaram, o meio ambiente foi severamente degradado, a vida e as relações de trabalho foram duramente precarizadas dentro da lógica do novo paradigma trazido pelas novas tecnologias.

Este tema vai ser abordado sob inúmeros prismas pelos nossos convidados, que trarão elementos para dialogar com os delegados(as) e observadores(as) eleitos(as) entre a categoria.

Diretoria do Sindicato gestão 22/25

COORDENADOR GERAL: Osvaldir Rodrigues da Silva

SECRETARIA GERAL: Fabiano Marranghello Zalazar, Janete Fabíola Togni

SECRETARIA DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO: Joseane Hans Bronizaki, Maria Rosa Junges

SECRETARIA DE POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL: Valter Assis Macedo, Maíz Ramos Junqueira

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO: Marco Aurelio Velleda, Valdir Bueira da Silva

SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO E ASSUNTOS JURÍDICOS: Emanuel Dall’bello dos Santos, Helena Veiga Muller

SUPLENTE DA EXECUTIVA: José Euclides Alves da Silva, Claudemir Pires de Oliveira, Glauciara Fischer Nunes, Marcos Waldemir da Silva Figueiró

TITULARES DO CONSELHO FISCAL: Cláudio Almeri Macedo, Ana Maria Dalenogare Silva, Marcia Ferro Amaro, Rosane dos Santos Bittencourt, Jesner Pias Borges

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: Rafaella de Menezes Pacheco, Solange Carteli, Luis Rogerio Helich, Juliana Daitx Ribeiro Reali Toralles, Patricia Heimerdinger

VEJA AQUI A
PROGRAMAÇÃO
COMPLETA





O BEM-VIVER E A RADICALIDADE DE SONHAR OUTROS MUNDOS

por Juliana Gonçalves

O conhecimento que emerge de memórias antigas. Aprendizados fincados em práticas comunitárias. “Bem Viver” é um nome novo usado para conceitualizar a cosmovisão de comunidades tradicionais que se organizavam a partir do coletivo. É um modo de vida que abarca a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico em sociedades que não tinham no capitalismo o modo possível de se organizar.

Enquanto conceito, nasce em berço andino, mas há correspondências do Bem Viver em muitas comunidades tradicionais e seus modos de organização antes da colonização sofrida na América Latina e no continente africano. Bem Viver é *sumak kawsay* em quéchua – idioma falado por muitos grupos indígenas da América do Sul –, é *Suma Qamaña* em aymara -língua de povo tradicional do mesmo nome existente na Colômbia, Equador, Bolívia, entre outros países. É também o *teko porã*, guarani ou ainda o *nhanderekó*, do guarani mbya.

Boaventura de Sousa Santos (2010), professor e sociólogo português, destaca que mesmo sendo um conceito nativo, o Bem Viver não é entendido pelas organizações indígenas como uma propriedade exclusiva dos indígenas, mas entendem como uma contribuição dos povos indígenas para todo conjunto das etnias presentes na América Latina. Alberto Acosta, um dos teóricos do conceito e autor de “O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos”, afirma também que há correspondência do conceito no continente africano, como por exemplo na filosofia do *ubuntu* da África do Sul.

Acosta aponta que “não são ideias que foram construídas na academia, nas universidades ou partidos políticos, são ideias e valores, experiências e muitas práticas existentes em muitas comunidades”.

Para povos que viveram o massacre físico e epistêmico da colonização e escravidão, o Bem Viver é uma inspiração que nos permite sonhar outros mundos. O combate ao capitalismo ganha destaque dentro da teoria do Bem Viver, como coloca a socióloga feminista colombiana Magdalena León (2012), pois “marca uma ruptura com a centralidade do indivíduo, a superioridade do humano e com as noções de progresso, desenvolvimento e bem-estar em chave capitalista”. Desta maneira, o Bem Viver propõe também abandonar a busca pelo “desenvolvimento”, porque considera que esse conceito vem carregado de violência e opressão em todas as esferas.

O capitalismo exige relações calcadas nas desigualdades para se desenvolver. Essas desigualdades são construídas a partir da hierarquização dos corpos proposta pelas ideias colonizadoras e escravocratas, que carregam consigo a perda da humanidade dos povos colonizados. Sendo assim, a construção de um novo marco civilizatório passa, necessariamente, pela criação de outro modelo econômico.

Ainda segundo Acosta (2016), o Bem Viver não é apenas uma alternativa, mas a única via que de fato pode se contrapor ao capitalismo. O autor embasa sua opinião ao criticar as experiências de socialismo real e de experiências progressistas e populares, principalmente na América Latina e a maneira distinta que os regimes político-econômicos lidam com a questão da diversidade dos povos



e com a natureza. Diferentemente do socialismo, que apresenta a diversidade enquanto recorte dentro da luta contra o capitalismo, o Bem Viver traz a diversidade como fundamento.

Por meio de Acosta que fez parte do governo do Equador, em 2007 os Direitos da Natureza foram incluídos na Constituição do país, algo inédito no mundo. O Bem Viver enquanto conceito está presente também nas Constituições Federais tanto do Equador, quanto da Bolívia.

No entanto, não faltam críticas que apontem que esses governos usam o Bem Viver muito mais como um slogan do que pelo seu conteúdo revolucionário.

A feminista boliviana e socióloga, Silvia Rivera Cusicanqui acusa os governos de Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), de se valerem do termo sem uma implementação de fato. Falar do Bem Viver sem romper a lógica desenvolvimentista fez com que, segundo ela, ambos os presidentes apliquem a fórmula extrativista colonial que expulsa comunidades de seus territórios, destroem florestas para a exploração de petróleo e construção de rodovias, entre outras violências em nome do progresso.

Além de ser debatido nesses dois países, lugares como Espanha, Alemanha e Brasil vem angariando seguidores do conceito. No Brasil, desde a grande Marcha das Mulheres Negras que ocorreu em 2015, por intermédio de uma lutadora do Pará, Nilma Bentes, as mulheres negras constroem o conceito do Bem Viver como elemento que se contrapõe ao modelo capitalista neoliberal.

Na Carta das Mulheres Negras de 2015, documento divulgado pela organização da Marcha dias antes das mulheres tomarem às ruas de Brasília em 18 de novembro, traz a reivindicação da teoria do Bem Viver alinhada com o que é destacado pelos autores citados anteriormente.

“A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os). Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e a Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros.”

O documento aponta para a mudança estrutural proposta pela teoria do Bem Viver já que, como apresenta a intelectual feminista bell hooks (2013), uma sociedade balizada pela ideologia da “supremacia branca, imperialista, capitalista e patriarcal” nunca pode ser justa.

Sendo assim, as sociedades eurocêntricas, alicerçadas nas ideais de branquitude, têm como base do seu desenvolvimento a concentração de poder, o acúmulo de riqueza, a exploração como sustento da sociedade, o domínio de outros povos e o massacre epistêmico de tudo que não é branco. Elementos que vão na contramão do Bem Viver.

A doutora em Psicologia, Maria Aparecida Bento em seu livro Psicologia Social do Racismo (2002), conta ao conceituar “branquitude” que o olhar do europeu transformou os não-brancos em um desigual e por vezes ameaçador “outro”. “Talvez possamos concluir que uma boa maneira de se



compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios. O que se vê comprometido nesse processo é a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença”, escreve a autora.

A lógica desenvolvimentista do capitalismo trouxe consigo a ocidentalização do mundo e a construção de estados desiguais que, ao desconhecer as alteridades, transforma toda e qualquer diferença em desigualdade.

Vale lembrar que como um dos pontos em comum, a experiência indígena na América Latina e a de negros e negras carregam profundas cicatrizes advindas do colonialismo europeu. Segundo a intelectual feminista Lélia Gonzáles (1988), o colonialismo europeu se valeu do racismo científico para estruturar um modelo de superioridade branco europeu. Este modelo estrutural foi internalizado pelas culturas exploradas.

Essas experiências em comum foram ressignificadas por Gonzáles por meio da categoria “amerifricanidade”, a combinação em território latino americano das diferentes identidades indígenas, africanas que modificam a cultura hegemônica por meio de suas vivências em comum.

Para Stuart Hall (2003) esse processo descrito por Gonzáles está atrelado a ideia do pós-colonialismo que não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época, mas releer a colonização como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural.

As marcas deste processo violento são sentidas e reproduzidas naturalmente por toda a sociedade capitalista. Assim, a descolonização destas práticas sociais e um retorno às bases comunitárias são fundamentos do Bem Viver. O objetivo é construir um sistema econômico sobre bases comunitárias. Essa nova sociedade se dá longe dos valores das sociedades eurocêntricas e mais próximas aos valores civilizatórios ameríndios e africanos, como o cooperativismo, a ancestralidade, a memória, corporeidade e a oralidade.

Os valores civilizatórios africanos e indígenas contidos no conceito de Bem Viver estão na contramão de um modelo de desenvolvimento que considera a terra e a natureza apenas como insumos para a produção de mercadorias de rápido consumo e, mais rápido ainda, descarte. O Bem Viver assim como ressalta as cosmovisões africanas e indígenas, não entende que enquanto humanos estamos apartados da natureza, pelo contrário, somos parte dela.

Ao permitir sonhar outros mundos, o Bem Viver dá base para uma prática política que visa a desconstrução das opressões estruturais a partir do rompimento de práticas colonizadoras.

Desse modo, o termo nada tem a ver com o “viver bem”, ou o “viver melhor” que trazem em si o consumismo, o acúmulo de riqueza ou acesso às abundâncias que o dinheiro pode comprar com base em relações exploratórias. Pelo contrário, não há Bem Viver na opressão. O conceito surge com a missão de descolonizar a democracia a partir do rompimento de práticas colonizadoras que são alicerces do capitalismo.

O Bem Viver nos lembra que mudar esse sistema econômico e político não é utopia, mas sim uma necessidade.



EXEMPLOS DE PRÁTICAS DE BEM VIVER

Como dito anteriormente, o Bem Viver não é um conceito novo. É um nome dado para identificar e agrupar práticas ancestrais que tinham como base o valor comunitário.

Como alternativa ao capitalismo, o Bem Viver não impõe que esse sistema seja totalmente superado para depois colocar em prática seus conceitos. Abaixo, uma lista com algumas práticas que carregam em si elementos do Bem Viver: retorno ao fortalecimento comunitário, preservação da natureza, relações econômicas não exploratórias e respeito aos conhecimentos ancestrais.

1- MOEDA SOCIAL "SAMPAIO"

Frente às dificuldades situacionais do bairro, como a grande concentração de população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, as moradoras pensaram numa alternativa para fomentar a atividade econômica local e gerar renda para as pessoas da região, principalmente para fortalecer o protagonismo das mulheres e pequenos empreendimentos solidários e desenvolveram uma metodologia econômica que gerou bons resultados. A ideia foi criar uma moeda social para circular apenas dentro do próprio bairro, o "Sampaio" e com isso, passou a oferecer crédito para os moradores da região, usando como apoio a análise de um Conselho de Análise de Crédito (CAC), formado também por moradores da localidade.

2- CENTRO DE MEDICINA INDÍGENA DA AMAZÔNIA

Inaugurado em junho de 2017, em Manaus. O projeto foi idealizado por João Paulo Barreto, da etnia Tukano, que é doutorando em antropologia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Ele mesmo explica o que significa esse centro: "Estamos começando um trabalho, um modelo diferente daquele que a gente está acostumado a ver quando se fala de saúde, que é o modelo ocidental, de hospital. Aqui é um modelo diferente, pautado dentro dos nossos princípios. As pessoas vão ter a oportunidade de se tratar com as técnicas e as concepções indígenas".

3-XITIQUE

É uma prática antiga que persiste até hoje principalmente na região sul de Moçambique, país do continente africano. Todo mês um grupo de mulheres entregam valores monetários de forma rotativa ao membro de um grupo. É um mecanismo que mistura poupança e crédito bancário. Este costume transformou-se numa alternativa para contornar os altos juros do empréstimo bancário e ainda permitir que as mulheres tivessem acesso a poupança quando, no passado, não podiam ter conta em banco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Autonomia Literária Editora Elefante, 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs). Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2002c.



DAVALOS, P. (2014). “Reflexiones sobre el Sumak Kawsay (el Buen Vivir) y las teorías del desarrollo”. In Sumak Kawsay Yuyay: Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay.

Gonzalez, Lélia. “Por um feminismo Afro-latino-americano”. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, n.1, Batalha de Ideias: AfroLatinoAmérica, 2011, pp.12-21.

HALL, Stuart Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. “Significação, representação, ideologia”, in Da Diáspora.

HOOKS, Bell. Ensinando a Trangredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF. Martins fontes, 2013

LEÓN, Magdalena. Redefiniciones económicas hacia el Buen Vivir: un Acercamiento feminista, AWID, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Refundación del Estado en América latina – Perspectivas desde una epistemología del Sur”, em ACOSTA, Alberto & MARTÍNEZ, Esperanza (orgs.). Abya Yala. Quito, 2010

Carta das Mulheres Negras de 2015, disponível em <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/> acessado em 20 setembro de 2018.

Publicado em Vozes do Usina com as tags: Bem-Viver, Direitos Humanos, Juliana Gonçalves

<https://usinadevalores.org.br/o-bem-viver-e-a-radicalidade-de-sonhar-outros-mundos/>



TESE 01 – ENFRENTAR A SOMA DE TODAS AS CRISES COM UNIDADE NA CLASSE TRABALHADORA RUMO AO BEM VIVER

PARTE 1 – UM OLHAR SOBRE O MUNDO NA SOMA DE TODAS AS CRISES

Neste capítulo, faremos uma análise desde a conjuntura internacional até a conjuntura local, para entendermos de onde partimos e para onde vamos.

Um momento decisivo para a humanidade e o planeta

Todas as gerações seguintes falarão sobre esse momento decisivo que vivemos na história com a soma de todas as crises: ecológica, econômica, social, militar, sanitária e tantas outras. Essas crises são originadas a partir do sistema capitalista, que exerce sua hegemonia sobre o mundo desde a queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim do bloco soviético, colocando o lucro acima da vida e nos levando à beira da destruição e da barbárie. O modelo econômico neoliberal precarizou as relações de trabalho, mercantilizou a vida e especulou no mercado financeiro, levando o planeta a uma grave crise em 2008, da qual a economia capitalista nunca se recuperou. Para manter suas taxas de lucro, a classe dirigente aumentou a exploração aos trabalhadores e espoliação da Natureza. A “austeridade fiscal” criada pelos que ocupam o topo da pirâmide social privatizou setores importantes para o lucro da classe dirigente e mergulhou o mundo num abismo de desigualdade. Nos últimos dois anos as/os 1% mais ricas/os ficaram com quase o dobro da riqueza produzida que todo o restante da humanidade, enquanto metade da população mundial vive com apenas 2% da riqueza produzida no planeta, segundo o relatório da Oxfam de 2023.

Vivemos um período de grandes transformações tecnológicas que envolvem sistemas físicos, sistemas virtuais e sistemas biológicos, mas que não são usufruídos pelas maiorias sociais. A fome atinge hoje quase um bilhão de pessoas no mundo, mais de 1,2 bilhão de pessoas não acessam água tratada e 760 milhões não possuem acesso a energia elétrica em casa. Em um sistema que não é feito para a classe trabalhadora, mais de 2,6 bilhões de pessoas pelo mundo não possuem gás de cozinha e ainda utilizam fontes mais danosas de combustão e 1,8 bilhão de pessoas não possuem acesso a saneamento básico. O sistema tenta esconder de todas as formas a tragédia social atual invisibilizando, segregando e criminalizando a pobreza, aumentando ainda mais as violações sofridas pela maior parcela da humanidade.

Como se não bastasse a crise social, o modo de produção capitalista avançou de forma agressiva sobre a Natureza levando a um verdadeiro desastre ambiental planetário. A emergência climática se agrava com a maior concentração de carbono na atmosfera dos últimos 2 milhões de anos e eventos extremos cada vez mais frequentes e mais graves que atingem principalmente o povo trabalhador, os animais não-humanos e o restante da Natureza. São os povos das periferias do capitalismo, principalmente no Sul Global, que sofrem mais com a fome, com a alimentação envenenada, com a falta de água e saneamento básico, que perdem suas casas nas enchentes e deslizamentos, que morrem nas ondas de frio e de calor, nos furacões, e no aumento das doenças curáveis agravadas pelo aquecimento da Terra.

A destruição da Natureza também possui um forte caráter de racismo ambiental, pois o Norte Global, maior responsável pelas emissões de gases do efeito estufa e consumo em seu modo de vida



imperial, acaba sendo menos afetado e tendo maiores condições de adaptação que as periferias do sistema. Além do aquecimento global, a vida como conhecemos na Terra hoje é também ameaçada por outros limites. A acidificação dos mares, a perda da água potável disponível em forma líquida, a destruição dos biomas, a perda da biodiversidade, a quebra do ciclo de nutrientes, a poluição química, poluição atmosférica e o buraco na camada de ozônio trazem grave risco para os seres desse planeta. Todos esses 9 limites planetários precisam ser tratados como prioridade, pois podem inviabilizar a sobrevivência da nossa e de tantas outras espécies na Terra. Não há como esperar que o mesmo sistema que gerou a crise ecológica, que trata a Natureza enquanto objeto de lucro, vá deter o desastre ambiental. Ao contrário, apesar da narrativa ecocapitalista, os próprios países que assinaram os Acordos de Paris para impedir o aquecimento da Terra acima de 1,5°C não estabelecem metas condizentes com esse objetivo nem cumprem suas próprias metas. Mantendo-se no patamar atual de emissões, está previsto um aquecimento do planeta de até 3,2°C, o que significaria uma catástrofe completa.

O desequilíbrio nas relações com a Natureza e animais não-humanos leva também ao surgimento de pandemias, agravadas pelas desigualdades e pela dinâmica imperialista das relações geopolíticas. Perdemos 6,8 milhões de pessoas na pandemia do COVID-19 (700 milhões dessas apenas no Brasil), principalmente aquelas pessoas que não tinham acesso aos meios de prevenção e de cuidados médicos. Os países ricos e as classes dirigentes em cada país se apropriaram de insumos, equipamentos, vacinas, antes de permitir o acesso a outros países. Além disso, a dinâmica imperialista estadunidense negou o acesso a países que atuam contra seus interesses no cenário geopolítico internacional, a exemplo de Cuba, que criou 5 vacinas próprias, mas não conseguia acesso a seringas para aplicar em sua população devido ao bloqueio que perdura há mais de 60 anos.

Em momentos de crise como o atual, o sistema capitalista utiliza recursos como o fascismo e até suas guerras imperialistas. As últimas décadas foram marcadas pelo imperialismo estadunidense exercendo sua força militar sobre o mundo para impor seus interesses e manter sua hegemonia. Está em curso uma corrida armamentista liderada pelos Estados Unidos e OTAN, impulsionando uma nova Guerra Fria contra China, Rússia e seus projetos de integração da Ásia, África e América Latina. O governo estadunidense busca com essas ações diminuir a perda de influência econômica, financeira, comercial, geopolítica e até cultural sobre os demais países do mundo após mais de um século de hegemonia e um rastro de centenas de invasões, guerras, golpes e ingerências em outros países de todos os continentes do planeta.

Enquanto o mundo vive tantas catástrofes em um momento decisivo, cada vez mais aumenta nas pessoas a crise de propósito. Será que nosso destino é ver o sistema capitalista ruir e levar a vida no planeta junto com ele? Será que com as mudanças tecnológicas, o individualismo neoliberal e tantas dificuldades a nossa geração será apenas espectadora da história sem conseguir fazer grandes revoluções? Ou será que existe a possibilidade de derrotarmos esse sistema, determos as guerras imperialistas, o desastre ambiental planetário e construirmos um novo sistema que não seja pautado na exploração dos trabalhadores, opressão dos povos e na destruição da Natureza? Povos de todas as partes do mundo estão tentando construir essas alternativas sistêmicas, compreendendo a missão de lutar a grande batalha de nosso tempo nesse momento decisivo.



Os desafios para deter a destruição do Brasil

Vivemos em um país repleto de violações em seu passado e presente, desde a invasão europeia (523 anos atrás) que deu início ao extermínio de mais de 7 milhões de indígenas e à escravização de quase 5 milhões de pessoas negras sequestradas da África. Sob as correntes e a chibata, o povo indígena e negro construiu cidades, latifúndios, minas e demais estruturas da produção colonial sem direito à dignidade e reconhecimento. Na dinâmica centro e periferia do capitalismo, o Brasil segue sendo um país primário-exportador e sua classe dirigente tenta massacrar todos os povos que se revoltam contra essa lógica. Dos Lanceiros Negros a Palmares, da Balaiada à resistência goitacá, até as lutas de massas do Século XX, todas enfrentaram massacres, golpes ou ditaduras com o apoio do imperialismo.

Entre avanços na luta e retrocessos impostos pela classe dirigente, nosso povo nunca parou de se mobilizar. Derrotamos a ditadura na década de 1980 através da luta de massas, mas vimos nossas conquistas serem roubadas pelo neoliberalismo, desidratando os direitos contidos na nova Constituição e nos condenando a uma década perdida neoliberal. Da mesma forma, o ciclo progressista que vivemos com a vitória de Lula em 2002 e sucessivos governos do PT que nos trouxeram avanços sociais importantes acabaram sendo interrompidos por um golpe em 2016 (dessa vez parlamentar) seguido de uma agressiva agenda de retirada de direitos. O golpe de 2016 é marcado pela crise no modelo de conciliação de classes utilizado para garantir a governabilidade em um período de crise econômica e baixa na arrecadação com a exportação de commodities. Para não dividir a renda e riqueza gerada no país, a direita liberal iniciou o processo de golpe parlamentar, midiático e institucional contra Dilma Rousseff e apresentaram ao mundo um novo programa privatista de austeridade neoliberal. O governo do vice golpista Michel Temer seguia uma tendência mundial de retirada de direitos trabalhistas, que só não causou um dano ainda maior pelo fato de ter havido uma corajosa resistência de rua da classe trabalhadora.

A tragédia do governo Temer, tanto econômica quanto social, desgastou a direita liberal (que incentivou o golpe e impediu a derrubada de Temer). Mas o custo para esse setor foi de ver uma perda de apoio popular e ver sua força eleitoral ser tomada pela extrema-direita (que já vinha crescendo em diversas partes do mundo), tendo Bolsonaro como sua figura de maior destaque. A extrema-direita trouxe dificuldades às esquerdas do Brasil. Uma forte aliança entre o bolsonarismo, o fundamentalismo religioso, as milícias do Rio de Janeiro, setores da burguesia varejista nacional, militares da reserva saudosos da ditadura, olavistas conspiracionistas de internet e lavajatistas de Curitiba assumiram o protagonismo nas redes e pautaram as discussões feitas pela população brasileira. Demorou muito tempo até que a esquerda decifrasse a metodologia de hackeamento da opinião pública com fake News, análise de metadados e disparos em massa impulsionada por Steve Bannon e outros engenheiros do caos. Essas técnicas de manipulação social aliadas à guerra judiciária (que tornou Lula inelegível e o prendeu) conseguiu derrotar a esquerda nas eleições de 2018, alçando a extrema-direita à liderança do bloco conservador no país.

O governo genocida e ecocida de Jair Bolsonaro conseguiu elevar as violações aos povos e à Natureza a patamares ainda maiores que o governo Temer. Destruição da previdência, dos direitos trabalhistas, privatizações, ataques às organizações de trabalhadores, destruição e desmonte ambiental, criminalização do protesto social e tentativas de autogolpe para instituir uma ditadura



fizeram parte das batalhas cotidianas dos 4 anos de governo. O Brasil chocou o mundo com o negacionismo na pandemia (que nos custou 700 mil vidas), com a tutela militar nos cargos do executivo, com a repressão ao protesto social e uma catástrofe econômica e ecológica, deteriorando também em 4 anos a imagem de Jair Bolsonaro.

Fragilizado, sem certeza de reeleição e sem força social para dar seu autogolpe, Bolsonaro viu emergir uma oposição em aliança do campo progressista, setores da esquerda radical e até setores da direita liberal (que embora sejam do mesmo bloco conservador, não toleravam Bolsonaro e a extrema-direita). Lula foi solto e recuperou seus direitos políticos e derrotou a extrema-direita nas eleições de 2022. Nove meses após o pleito, já sem foro privilegiado, Bolsonaro foi condenado no TSE e declarado inelegível por 8 anos. Ainda assim, o setor da extrema-direita segue com força no país, mobilizando ações de ódio e intolerância como a tentativa de golpe de 8 de janeiro, incentivando ódio que leva a massacres em escolas e a violências no campo e nas florestas. Mesmo eleitoralmente esse setor ainda preserva uma força considerável, gerindo governos estaduais, uma bancada congressual considerável e base social relevante, a ponto de ainda dever ser tratado como a principal ameaça à classe trabalhadora.

O novo governo Lula em frente ampla da esquerda moderada, setores da esquerda radical e setores da direita liberal demonstra desde o início dificuldades na “governabilidade”. Sob constante chantagem do “centrão” (que embora tenha esse nome, é um setor fisiológico que tem uma concepção ideológica de direita), o governo vê mudanças importantes serem desidratadas ou até impedidas pelo Poder Legislativo. A falta de autonomia para a implementação de mudanças traz riscos políticos, pois são grandes as expectativas da população sobre esse governo. Já se passaram 6 meses nesse cabo de guerra entre setores que defendem o programa progressista anunciado nas eleições e setores que querem impedir a implementação desse programa e domesticar o governo (ou dar um golpe para retirá-lo). Ainda não há um indicativo de qual setor sairá vitorioso dessa disputa, que até o momento não contou com um chamado do governo às ruas para demonstrar força social e mobilização popular (como vemos no governo de esquerda da Colômbia, que tem recorrido a essa tática para lidar com a correlação de forças institucional desfavorável). Sem uma mobilização social forte, o risco ao novo governo é grande tanto de não conseguir cumprir seu programa eleitoral, como de ser derrotado como um todo pelo bloco conservador.

Muita coisa está em jogo na disputa dos rumos do Brasil, desde os projetos de integração latino-americana, a reestruturação dos BRICS, a reconstrução das políticas ambientais que ponham fim à destruição da Amazônia e tantas outras questões de alto impacto geopolítico e ecológico. Os planos do bloco conservador são de substituir esse governo o quanto antes por um de extrema-direita, reavivando a polarização em torno do ódio e das fake News, ou um de direita-liberal, assumindo uma oposição que busque aparentar mais “amigável” e focada em critérios “técnicos” e de “gestão”. Em ambos os casos, querem um aprofundamento do capitalismo neoliberal no Brasil e impedir ganhos para a classe trabalhadora.

Cabe ao povo trabalhador não ficar como espectador dessa batalha e assumir o verdadeiro protagonismo sem terceirizar isso na confiança em um governante, por mais qualidade que ele possa ter. Nenhuma grande transformação social no mundo se deu sem que houvesse um levante de massas significativo nas ruas, nos locais de trabalho e nos territórios das cidades, do campo e das



florestas. Se os cenários para o futuro do Brasil são incertos, a única força que pode desequilibrar a situação em favor do povo trabalhador é nossa própria classe, compreendendo que nenhuma força institucional substitui o Poder Popular. Apenas a nossa mobilização poderá construir um Brasil onde o povo mande e o governo obedeça.

O grande laboratório neoliberal do RS: conjuntura estadual nos últimos anos

O governo Sartori: extinção das fundações e o início do congelamento salarial do funcionalismo

O ápice do projeto neoliberal se dá no início de 2015 com a derrota de Tarso Genro na sua tentativa de reeleição no Estado, marcada pelo crescimento do sentimento antipetista em nível nacional e seus reflexos locais através do avanço conservador no Legislativo. Partidos como o PT, PSOL e PDT perderam espaço para siglas como o MDB, PSDB, PP, PTB, Cidadania, Novo e o PSB, comprometidas com a agenda do projeto neoliberal, cujo efeito foi a eleição de José Ivo Sartori (MDB). Apesar da resistência das categorias, o ano de 2016 foi marcado pela extinção de importantes e estratégicas fundações públicas, por uma forte repressão policial no parlamento, pelo início do desmonte do IPE, o processo de privatização de estatais, o congelamento salarial e o parcelamento do salário do funcionalismo.

A ascensão de Eduardo Leite: os anos mais difíceis da história do funcionalismo gaúcho

Tanto o primeiro quanto o segundo mandato de Eduardo Leite, recentemente iniciado, são responsáveis pelos maiores ataques já vistos contra o funcionalismo gaúcho. Aliado de Jair Bolsonaro, e a cabo da reforma da previdência nacional (que aumentou o tempo de contribuição e a idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos em todo o país), Eduardo Leite e seus aliados colocaram em prática a reforma administrativa e da previdência do funcionalismo estadual.

Tais atores políticos aprovaram a LC nº 15.429/19, que agravou as regras previdenciárias para as/os servidoras/es com menores vencimentos no Estado, com percentual variável de contribuição de 7,5% para aquelas/es que percebem acima de um salário mínimo, até 22% para os que ganham acima de R\$ 39 mil. Anteriormente, as/os servidoras/es que recebiam até o teto do INSS eram isentas/os de contribuição previdenciária. O aprofundamento do empobrecimento de professoras/es, funcionárias/os de escolas, brigadianas/os e outros cargos com os menores salários do RS, em um cenário de estagnação salarial, são consequências dessa política desastrosa para o funcionalismo.

O governador ainda aprovou outras medidas antisserviço público vendidas como “modernização das carreiras dos servidores” (PEC 285/2019) tais como o fim dos adicionais, avanços, licença-prêmio dos servidores e a incorporação de funções gratificadas, previstos na Lei nº 10.098/1994. A narrativa permanente de desqualificação das/os servidoras/es sempre teve por escopo o favorecimento da iniciativa privada para a ocupação de setores estratégicos da administração pública. O ajuste fiscal levado a efeito nos últimos anos no RS contou com a aprovação de leis estaduais estratégicas para o projeto neoliberal, exemplo do Teto de Gastos Estadual e a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, que não se traduziu em melhoria dos indicadores econômicos. Eduardo Leite tem sido fiel à cartilha neoliberal promovendo a entrega de patrimônio público, como a privatização da CEEE, da Sulgás e da Corsan (ainda não finalizado), empresas estatais



estratégicas para o estado, responsáveis por serviços essenciais à população. Os processos foram marcados pelo atropelo do debate público, pela falta de transparência e pelos valores questionáveis pelos quais foram vendidas.

O ataque mais recente no RS se deu contra o IPE Saúde. Por meio do PLC 259/2023, o governo aprovou profundas reformas na estrutura de custeio do instituto, acabando com os princípios da solidariedade e da paridade que norteavam o IPE Saúde, promovendo o aumento das alíquotas de contribuição das/os servidoras/es que ganham menos, proporcionalmente à sua idade, em uma lógica de plano de saúde da iniciativa privada. Cerca de 10 anos atrás, o IPERGS era superavitário e autossustentável. Hoje, possui um déficit de mais de 744 milhões de reais, principalmente por conta do congelamento salarial do funcionalismo, maior fonte de custeio do instituto. A luta em defesa do IPE Saúde teve como ponto positivo a unificação das categorias que resistiram à entrega do nosso patrimônio público, a defesa da saúde coletiva e dos nossos salários, sinalizando que essa unidade será determinante daqui para frente.

PARTE 2 - O FUTURO DO TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E DEMANDAS DE SAÚDE

O mundo do trabalho e suas relações estão sendo transformadas pela tecnologia e por novos mecanismos de exploração da força de trabalho. Isso afeta todas as categorias de trabalhadoras/es, do setor privado ao público, inclusive do judiciário. Enquanto a sociedade se fascina com avanços em diversas áreas, nas relações de trabalho o que prevalece são dinâmicas de isolamento, busca pela produtividade a qualquer custo, precarização do trabalho, medidas antidemocráticas e assédio moral. Essas situações estão levando trabalhadoras/es ao adoecimento em processos que nos dedicamos a analisar nessa seção para que possamos aproveitar os potenciais da tecnologia e, ao mesmo tempo, combater suas dinâmicas nocivas.

Os impactos do neoliberalismo sobre as relações de trabalho

Após o período denominado por Hobsbawm (1995) de “Era de Ouro”, dado o extraordinário crescimento econômico e as transformações sociais e políticas que nele ocorreram, deflagrou-se no planeta uma profunda crise estrutural do sistema capitalista. A partir dos anos 1980 o mundo se vê diante da agudização da questão social que se expressa no desemprego de massa, nas depressões cíclicas severas e no acirramento das desigualdades sociais. O desmoronamento da União Soviética e a crise do petróleo assinalam, nessa época, o fim do “breve século XX” (HOBBSAWM, 1995). As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo início de um profundo processo de reestruturação econômica e reajustamento social e político no capitalismo, denominado por Harvey (2014) acumulação flexível. Segundo o autor, busca-se a superação da rigidez do fordismo, apoiando-se na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (p. 140). O processo de acumulação flexível teve significativas repercussões para o mundo do trabalho, dentre elas as taxas de desemprego estrutural, a rápida destruição e reconstrução de habilidades, a diminuição dos salários e o retrocesso do poder sindical. Além disso, o emprego regular gradativamente foi sendo reduzido em favor do uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2014).



O neoliberalismo representou a forma de sustentação política das mudanças ocorridas no capitalismo a partir dos anos 1970. Essa ideologia propôs a redefinição do papel do Estado na perspectiva de redução de gastos na área social e privatização de estatais. Dessa forma, o Estado privatiza os lucros da economia e, subsidiando o setor privado e gerenciando suas crises, socializa os prejuízos com toda a classe trabalhadora. Ao analisar o processo de reestruturação produtiva, Antunes (1998, 2020 e 2022) afirma que a era do fordismo (produção em larga escala e com rígido controle do processo de trabalho) foi perdendo força em relação ao modelo toyotista (produção diversificada e por demanda com estruturas horizontais de controle do processo de trabalho e diversificação das tarefas desempenhadas pelas/os trabalhadoras/es). As empresas passam, no século XXI, a perseguir a flexibilização do trabalho mediante a adoção da terceirização, da informalidade, do trabalho intermitente, do trabalho análogo à escravidão e da chamada “uberização”, aprofundando a superexploração da classe trabalhadora (Antunes, 2020 e 2022).

Para Abílio (2021) o processo de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho na lógica da uberização consolidam processos de informalização que criam trabalhadoras/es sob demanda, onde ocorre a transferência do gerenciamento do trabalho para a própria pessoa, o que a autora define como autogerenciamento subordinado. Vende-se a ideia de empreendedor de si mesmo, mas na realidade, o estabelecimento do trabalho por metas (sempre inatingíveis), prazos, sem local definido e sem suporte estrutural deslocam todas as responsabilidades para a/o empregada/o mediante a captura da sua subjetividade e forjamento de uma nova subjetividade neoliberal. Essa racionalidade concorrencial torna trabalhadoras/es algozes de si mesmas/os, numa disputa constante com seus iguais.

A disputa de hegemonia dentro do sistema capitalista também é marcada pelo crescimento exponencial das grandes corporações tecnológicas, denominadas Big Techs, que dominam grande parte do mercado de inovações global. Essas empresas, como Google, Apple, Amazon, Microsoft e Meta, coletam, controlam e monetizam as informações necessárias para o funcionamento do novo mercado, buscando um controle comportamental das/os usuárias/os de seus produtos mediante o bombardeamento de informações e estímulos construídos com base em preferências e dados pessoais captados constantemente em suas atividades diárias. A evolução constante dos algoritmos e big data pavimentaram o caminho para o desenvolvimento de softwares de inteligência artificial (IA) que a cada dia nos surpreendem mais. Em 2022, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) migrou mais de 100 milhões de arquivos para o serviço de armazenamento de dados em nuvem da AWS, da Amazon, a maior empresa de comércio eletrônico do mundo.

De acordo com a última pesquisa do CNJ sobre o tema, até junho de 2022 existiam 111 projetos de inteligência artificial desenvolvidos por 53 Tribunais no país, com crescimento exponencial nos últimos 5 anos, estimulado pelo programa Justiça 4.0. Em agosto de 2020, foi aprovada a Resolução nº 332/2020 que estabeleceu o projeto Sinapses como uma plataforma nacional de armazenamento, treinamento, controle e auditoria de modelos de IA no Judiciário brasileiro. Atualmente existem 150 modelos ativos depositados nessa plataforma. A sociedade brasileira ainda desconhece o potencial disruptivo dessas ferramentas e como elas irão impactar tanto na substituição de postos de trabalho quanto na mecanização das decisões judiciais.

Serviço público também é alvo

O serviço público acabou por “importar” as estratégias da iniciativa privada com a justificativa de aumentar a produtividade, diminuir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados. É preciso considerar, entretanto, que a adoção dessas estratégias não foi acompanhada por ações que modificassem as dificuldades enfrentadas nessa realidade: volume excessivo de trabalho, autoritarismo nas relações laborais, desigualdades salariais, ausência de reconhecimento, meritocracia, etc. Um fenômeno recente que expressa o aprofundamento do processo de precarização do trabalho é a chamada estagiarização. Cada vez mais as instituições públicas contratam estagiárias/os em substituição à força de trabalho especializada, inclusive em nível de pós-graduação. No judiciário gaúcho tal realidade é tão acentuada que foi motivo de auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado que detectou a existência de um número superior de estagiárias/os em relação ao previsto em lei.

Segundo Tejadas e Junqueira (2021), a pandemia do coronavírus “agregou, ao combalido Brasil, novas mazelas e acentuou desigualdades preexistentes” (p. 102). Em meio ao distanciamento social o uso das tecnologias teve um avanço avassalador, produzindo efeitos na vida cotidiana e nas relações laborais. Para Betoni e Mick (2022), a “disseminação tecnológica produziu efeitos sobre a experiência social do tempo, a intensificação da exploração e o controle de quem trabalha” (p. 24), com consequências de grande alcance e extensão. Durante a pandemia, no judiciário, instituiu-se o trabalho remoto “às pressas”, sem o devido preparo, planejamento e meios necessários. A falta de suporte institucional associada à visão produtivista, baseada no cumprimento de metas, a jornadas ininterruptas, à ausência de comunicação e de convívio social, além do assédio moral, teve grandes impactos nas percepções e condições de saúde das/os trabalhadoras/es, o que foi identificado na pesquisa sobre os Impactos Psicossociais do Trabalho Não Presencial na Saúde Mental de Trabalhadores do Poder Judiciário dos Estados do RS, SC e PR, entre os anos de 2021 e 2022, realizado pelo NEPPOT da UFSC em parceria com o Fazendo Escola, ao qual o Sindjus é vinculado.

Os impactos nas relações, na reprodução social e na saúde

A pandemia antecipou a adoção do trabalho remoto, promovendo um verdadeiro “laboratório” de experiências, resultando em maior exploração da força de trabalho e diminuição de custos. No contexto pandêmico, contudo, trabalhar em casa apresentou aspectos positivos no que diz respeito à manutenção da vida e da saúde. Outro aspecto apreciado pelas/os trabalhadoras/es é a diminuição de deslocamento até o local de trabalho. Conforme Antunes (2020), o trabalho remoto resulta em prejuízos para as pessoas trabalhadoras: individualiza, invisibiliza e retira a convivência que existe no ambiente de trabalho, enfraquece as possibilidades de organização, resistência sindical, avanço da consciência e luta por direitos.

O crescimento do trabalho remoto desafia o sentimento de coletividade e responsabilidade em nossa classe para a luta por melhores condições de vida e transformação da sociedade. Embora possua aspectos positivos para quem se adapta à dinâmica remota, há riscos ainda subestimados: diluição das fronteiras entre “tempo de trabalho” e “tempo de vida”, intensificação do trabalho doméstico, sobrecarregando especialmente as mulheres (dada a estruturação da sociedade baseada na divisão sexual do trabalho), atomização e aumento da suscetibilidade ao assédio moral. Nesse contexto, muitas pessoas apresentam sintomas da Síndrome de Burnout ou Síndrome do



Esgotamento Profissional (dores de cabeça, problemas de autoestima, dificuldades de concentração, perda do sono, etc).

O judiciário é a instituição onde o poder se concretiza. Nesse espaço pessoas trabalhadoras vivem diferentes formas de violências laborais, resultando em sentimento de injustiça, falta de motivação, ansiedade, tristeza, exaustão, depressão, etc. A medicalização, o absenteísmo e o presenteísmo são algumas consequências desse quadro degradante que precisa ser combatido por nós em busca da emancipação da classe trabalhadora.

Um ambiente de trabalho que não é feito para trabalhadoras/es

No judiciário as desigualdades de poder são marcantes, favorecendo uma forma particular de violência, que pode se apresentar de maneira sutil ou escancarada: o assédio moral. Segundo Betoni e Mick (2022), “trata-se de uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no meio laboral, cuja causalidade se relaciona com as formas de organizar o trabalho e a cultura organizacional, que visa humilhar e desqualificar um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional” (p. 44). O assédio moral é uma forma de violência psicológica que ocorre lenta e progressivamente, levando servidoras/es a apresentar dificuldades no seu reconhecimento e denúncia. Além dos prejuízos sofridos na saúde mental, muitas vezes suas vítimas sofrem descrédito e rejeição por colegas, reforçando a tendência a auto culpabilização e gerando maior sofrimento.

Pooli e Monteiro (2018) investigaram a prevalência do assédio moral em uma instituição judiciária da Região Sul do Brasil. O estudo concluiu que 37% das/os participantes foram vítimas de assédio moral e que 42,2% sofreram violência psicológica no trabalho. A generalidade do sofrimento entre trabalhadoras/es do judiciário revela que se trata de um problema que não pode ser compreendido como individual. Trata-se de uma questão coletiva, apontando a necessidade de construção de formas de resistência dessa ordem. Nesse contexto adverso, o espaço sindical assume grande relevância, notadamente por ser um instrumento de reconhecimento, pertencimento da classe trabalhadora e de luta coletiva.

PARTE 3 – ENFRENTAMENTOS EM UMA SOCIEDADE ESTRUTURADA EM DIVERSOS PROCESSOS DE OPRESSÃO

Vivemos em uma sociedade permeada de estruturas que promovem a opressão. O patriarcado, o colonialismo, o antropocentrismo e a própria dinâmica de promoção de um sujeito único neoliberal enquanto o homem, branco, heterossexual e cisgênero negam as identidades diversas de nossa classe trabalhadora. As opressões aumentam a exploração e massacram nosso povo a partir do machismo, racismo, LGBTfobia, xenofobia, etarismo e tantas outras formas de opressão. Em nosso sindicato criamos coletivos para intensificar essas lutas compreendendo que elas são parte da transformação que desejamos promover e que é tarefa coletiva de nossa classe construir uma sociedade livre de opressões. Nessa seção avançamos um pouco em cada uma dessas pautas para promover maior compreensão, despertar cada vez mais a solidariedade e engajar todo mundo nessas lutas.



Mulheres lutam e resistem

Apesar de termos desde 1988 em nossa Constituição vigente o direito à igualdade de gênero, ainda temos muito a avançar para acabar com o patriarcado em nossa sociedade. As desigualdades de gênero permeiam toda a nossa estrutura social, inclusive as relações de trabalho. Mulheres recebem, segundo o IBGE, 30% a menos do que os homens para realizar as mesmas funções. Além disso, a dupla e tripla jornada que mulheres enfrentam em tarefas de reprodução social doméstica e cuidando dos filhos aprofundam ainda mais essa desigualdade.

A estrutura patriarcal na sociedade permeia todos os aspectos da vida social, dificultando a participação política, aumentando a exploração da força de trabalho e restringindo às mulheres acesso aos espaços de tomada de decisão no trabalho. A dinâmica machista da divisão sexual do trabalho desvaloriza o trabalho feito por mulheres, paga menos pela mesma função e orienta de forma preconceituosa o trabalho feminino como mais direcionado ao cuidado, enquanto homens estariam (nessa lógica perversa) mais orientados para cargos de liderança.

Nos tribunais brasileiros, inclusive no TJRS, vemos muito presente essa divisão, pois, embora as mulheres sejam maioria de trabalhadoras no judiciário (acima de 60% desde 2022), ainda são os homens que ocupam a maior parcela dos cargos de direção que dependem de nomeação. É importante desocultar essa realidade, pois as desigualdades de gênero são construções sociais (não produto do destino, ou da biologia), portanto, é nosso dever superá-las enquanto sociedade. Devemos compreender que não são problemas individuais, mas uma construção social e política estrutural em nossa sociedade, as mulheres em nossa categoria estão cada vez mais dispostas a lutar para transformar essa realidade. O Coletivo Não me Calo está se reunindo, realizando mobilizações, rodas de leitura, formações e participando de lutas concretas contra o patriarcado. É fundamental que o judiciário e o sindicato sejam exemplos na promoção de igualdade de gênero, combatendo o machismo e as altas taxas de feminicídio em nosso país.

Viças negras importam e devem ser livres

Vivemos no país que foi o último das Américas a abolir formalmente a escravidão negra. Contudo ainda vivemos um cenário onde existem pessoas escravizadas no Brasil (a maioria negra) e o racismo segue presente tanto institucionalmente, quanto no cotidiano da nossa sociedade. Do extermínio da juventude pobre, negra, periférica, até a luta contra a injúria racial e a exploração, a luta por igualdade racial é ampla e precisa do engajamento de toda a sociedade. O sistema capitalista se arvora nas raízes arcaicas do colonialismo através do racismo para aumentar sua taxa de exploração sobre a população negra, tendo o IBGE verificado que no Brasil pessoas negras recebem, em média, um salário 50% menor que pessoas brancas para realizar as mesmas funções. Além disso, são minoria em espaços de liderança, representação política, fruto de uma ordem social que ainda hoje não conseguiu romper com a estrutura racista e a dívida histórica com a população negra.

Nosso país possui uma população composta por 55,8% de pretos ou pardos, mas apenas 10,1% dessas pessoas possuem curso superior completo. Em 2014 foi realizado pelo CNJ o 1º Censo do Poder Judiciário e foram constatadas profundas questões de desigualdade racial nesse poder. A primeira constatação se dá na composição, pois, segundo o Censo, nos quadros da Justiça Estadual em todos os estados constam 31,3% de servidoras/es negras/os e 15,6% de pessoas negras em



cargos de magistratura. O número é superior entre estagiárias/os, alcançando 33,9%, mas ainda abaixo da proporção nacional da população. Neste ano, está em curso o 2º Censo do CNJ, cujos resultados não foram divulgados até a conclusão desta tese. Considerando que os dados nacionais já são insuficientes, a situação se torna ainda mais grave no Rio Grande do Sul, que ainda não alcançou sequer o patamar de 25% de servidoras/es negras/os em seus quadros funcionais. Esse número torna-se ainda menor quando são consideradas as pessoas que ocupam cargos de chefia. Ainda existem muitos tribunais com déficit no sistema de cotas, tanto entre magistradas/os, quanto em servidoras/es e estagiárias/os.

É fundamental garantir diversidade e igualdade racial nas instituições como caminho para promover a democracia, aprender com a multiplicidade de saberes e fazeres dos povos e derrotar as estruturas de opressão que existem em nossa sociedade. As vidas negras importam e o poder judiciário precisa ser vanguarda na promoção de justiça e reparação histórica, por isso convidamos todas as pessoas a somarem em nosso Coletivo de Igualdade Racial que atua para dentro da nossa categoria, mas também em articulação com diversos outros coletivos e movimentos na sociedade.

A diversidade e a sexualidade são características da classe trabalhadora

No Brasil a cada 32 horas é assassinada uma pessoa LGBTQIAPN+, sendo o país com a maior estatística dessa calamidade em todo o mundo. Ao contrário de um país livre, acolhedor, a cultura LGBTfóbica aqui (que tenta se disfarçar de cultura popular) causa sofrimento e morte todos os dias. Não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, existe uma forte ofensiva da extrema-direita contra os direitos da população LGBTQIAPN+, utilizando do pânico moral para implementar uma “guerra cultural” que fortalece os setores mais conservadores da política, os mesmos que também reproduzem o machismo, o racismo e que buscam intensificar a exploração das pessoas e a destruição da Natureza.

O trabalho no Poder Judiciário não está isento de relações de LGBTfobia, ao contrário, as relações de opressão muitas vezes dificultam até que trabalhadoras/es assumam sua sexualidade no local de trabalho. É importante que se promova a unidade entre a classe trabalhadora, e isso envolve reconhecer sua diversidade, se fortalecer na sua diversidade e em seu horizonte comum de acabar com a exploração, acabar com todas as opressões e acabar com a destruição da Natureza. Por esse motivo criamos o nosso Coletivo Diversa e convidamos toda a categoria a somar nessa luta!

O preconceito geracional presente na sociedade e em nossa categoria

Nossa categoria vive um processo de envelhecimento. Esse fenômeno torna ainda mais importante pensarmos os efeitos que o preconceito geracional, o etarismo, gera na nossa comunidade. Atualmente 47,5% das pessoas filiadas ao sindicato estão aposentadas e vêem uma precarização cada vez maior de suas condições de sobrevivência. Destruição da previdência, perda do poder de compra, precarização da saúde e demais serviços públicos, além de políticas promovidas pelo Tribunal que abandonam trabalhadoras/es que não estão mais na ativa tornam cada vez mais difícil a vida da fração de nossa categoria que tem mais experiência e luta acumulada, que construíram o judiciário que temos hoje.

É muito importante a compreensão dos efeitos do etarismo, principalmente em um período de intensas mudanças tecnológicas. Trabalhadoras/es mais velhas/os são as/os mais impactadas



pela cobrança por eficiência a qualquer custo e são os que mais costumam ter dificuldades de adaptação aos novos métodos e tecnologias que intensificam o trabalho. Enquanto a sociedade etarista oprime pessoas mais velhas, nossa categoria tem se mobilizado de forma contundente nas lutas da classe trabalhadora. Servidoras/es aposentadas/os não estão se afastando das batalhas e estão em todas as mobilizações da categoria (para fora e para dentro). O Núcleo de Aposentados (NAP) do sindicato tem um papel primordial na organização, conscientização e defesa dos direitos das/os aposentadas/os.

PARTE 4 - A DESIGUALDADE NOS TRIBUNAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA

A história da humanidade é a história da luta de classes, já nos ensinaram Marx e Engels. Essa realidade se aplica aos serviços públicos, compreendendo os serviços da Justiça. A distribuição dos recursos públicos para as demandas de servidoras/es e de magistradas/os sem isonomia e transparência vêm sendo cada vez mais normalizadas e ratificadas por órgãos que deveriam exercer o controle administrativo e fiscalizar a transparência dos tribunais, atribuição precípua do CNJ. As reflexões críticas à atuação do CNJ em relação às demandas da magistratura nacional mostram que há um claro desvirtuamento de finalidade. Por outro lado, sendo a essência do sindicalismo a luta de classes, é importante termos um olhar intramuros para a conjuntura dos demais tribunais de todo o país, o que nos afeta igualmente enquanto categorias distintas dos estados, mas ao mesmo tempo uma só categoria que presta os serviços judiciários. Todas essas percepções, interligadas e conectadas, fazem com que compreendamos melhor de onde viemos, o que faremos e para onde vamos, norteando nossas ações.

A situação atual nos Tribunais do país e no TJRS

Ao realizarmos uma análise comparativa de todos os Tribunais Estaduais do país, verificam-se profundas desigualdades não só no tratamento entre servidoras/es e magistradas/os, mas também entre as/os próprias/os servidoras/es. Essas diferenças, em muitos casos, se aprofundam ainda mais quando comparadas aos Tribunais Federais, em especial, no aspecto remuneratório e de volume de trabalho. No último levantamento nacional realizado pelo Departamento Intersindical de Economia e Estatística (DIEESE) podemos observar o abismo remuneratório entre o topo e a base da tabela de remuneração nos estados. Para os cargos de nível médio, o estado com a melhor remuneração básica é o Tocantins (R\$ 6.499,56), enquanto o que menos paga é o Rio de Janeiro (R\$ 1.4058,37). Já para o nível superior, o estado do Amazonas desponta (R\$ 11.613,88), enquanto o Rio de Janeiro permanece na última posição (R\$ 2.401,89). No RS, as remunerações básicas, respectivamente, são R\$ 4.091,91 (13º posição) e R\$ 7.794,14 (7ª posição). As diferenças entre o vencimento básico/hora, compreendendo os cargos de nível superior e técnico, vão de 96,78 a 9,11. Isso nos demonstra que existe um longo caminho para trilharmos por equidade e justiça remuneratória nas casas da justiça. Muitos estados estão com perdas inflacionárias acumuladas, alguns chegando a quase 10 anos, em especial onde governos neo e ultraliberais estão no poder.

As/os servidoras/es do TJRS hoje amargam mais de 60% de perdas salariais decorrentes da não recomposição inflacionária nos últimos nove anos (66,30% da inflação acumulada pelo IPCA, no período de dezembro de 2014 a maio de 2023, menos os 6% da revisão geral de 2022). A última recomposição salarial aprovada na Assembleia Legislativa referente a um projeto de lei autônomo



do Poder Judiciário para as/os servidoras/es do quadro foi em 2016, com a aprovação do reajuste de 8,13% dos nossos vencimentos (PL 368/2015), fruto de uma longa luta após a greve de 2015, que durou 21 dias. O governo tentou evitar que o projeto de lei fosse aprovado, inclusive por meio do veto do governador. Porém, a categoria, unida e mobilizada, conseguiu derrotar Sartori e aliados. Após 2016, em razão das ADIs 3538 e 5562, movidas pelos governos do MDB de Germano Rigotto, em 2003, e José Ivo Sartori, em 2016, o STF firmou entendimento de que a competência para a concessão da revisão geral prevista no artigo 37, X, da CF, às/aos trabalhadoras/es de todos os poderes é de atribuição exclusiva do chefe do Poder Executivo.

Outro grande movimento da categoria ocorreu no ano de 2019 contra a extinção dos cargos de Oficial Escrevente e a posterior aprovação do até então inédito Plano de Carreira, Cargos e Salários no Parlamento e seus impactos na categoria. Em 2019, ameaçados há dois anos pela possibilidade da extinção dos cargos de Oficial Escrevente através do PL 93/2017, a categoria empreendeu uma luta histórica contra a extinção e pela transformação dos cargos de Oficial Escrevente em Técnicos Judiciários por meio de um plano de carreira para todos os servidores e servidoras do TJRS, até então o único Judiciário ainda sem um PCCS para todo o quadro dentre os tribunais do Brasil. A situação da extinção de cargos em atividade já tinha graves precedentes no TJRS com a extinção de cargos como o de Oficial Ajudante e Auxiliar de Serviços Gerais, sendo que, na ocasião, o TJRS apresentou e aprovou um projeto de lei no parlamento (PL 25/2015) em que previa a extinção desses cargos e o aumento remuneratório para cargos comissionados e funções gratificadas de gabinete, buscando dividir a base.

Logo nos primeiros meses de gestão da diretoria sindical (2019/2022), com amplo apoio da categoria, mobilizando todo o Estado, as câmaras de vereadores e as OABs locais, o sindicato buscou apoio à luta pela transformação, apresentando uma proposta viável. Diante da negativa e da intransigência da administração à época, não restou outra alternativa senão deflagrar uma histórica greve que durou 52 dias, que culminou na derrota do PL 93/2017, no plenário da Assembleia Legislativa. Foi firmada uma ata de encerramento do movimento paredista reivindicando o estabelecimento de uma mesa permanente de negociação pela pauta salarial da categoria e a criação do inédito plano de carreira.

Já em 2020, passados alguns meses do fim da greve, e sob nova administração no TJRS, com a presidência do Desembargador Voltaire de Lima Moraes, finalmente foi criado um grupo de trabalho com assento do Sindicato e foi estabelecida a mesa de negociação para a criação do plano de carreira. Com as dificuldades do advento da pandemia e da Lei Mansueto (LC nº 173/2020) que congelou todos os gastos e despesas referentes a aumentos remuneratórios, criação de vantagens e verbas de gratificações, a comissão mista apresentou uma proposta final e a categoria aprovou a minuta do anteprojeto em assembleia geral virtual, precedida de inúmeros debates, plenárias e no diálogo constante com a categoria. Com mais de mil servidoras/es participando da atividade final virtual em plena crise pandêmica, obteve-se mais de 90% de aprovação da proposta, um alicerce para as conquistas futuras.

Finalmente, foi protocolado na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 147/2021, em maio de 2021, aprovado à unanimidade em novembro do mesmo ano pelos parlamentares, sendo assim promulgada a Lei nº 15.373/2021. A partir da luta vitoriosa pelo plano de carreira, permitiu-se a



conquista da equiparação do valor do auxílio-refeição com o que os magistrados recebiam, até então uma distorção injustificável, e a histórica implementação do turno único nos serviços do Judiciário estadual, das 12h às 19h, reivindicação antiga da categoria.

A situação atual nos Tribunais do país e no TJRS

Vivemos um período cuja democracia interna, diálogo e respeito às/aos trabalhadoras/es foram abandonados pela atual gestão. O sindicato travou luta intensa pela construção de um projeto visando a mitigar os efeitos do período de achatamento salarial, buscando uma mesa de negociação coletiva e permanente junto à Administração, apresentando com as demais entidades de classe um projeto de revisão da matriz salarial, originalmente elaborado pela ASJ. Contudo, apesar de esparsas reuniões com promessas inconclusivas e sem garantias, nunca se consolidou uma negociação efetiva. Pelo contrário, apesar de discursos retóricos sobre valorização das pessoas em entrevistas e eventos públicos, o que demarca esta gestão do Tribunal são o autoritarismo e os constantes ataques às/aos servidoras/es e ao sindicato, sendo que a negativa formal da reivindicação de uma mesa de negociação seria por “não haver previsão legal”, assim como a gestão do Presidente Carlos Eduardo Zietlow Duro (2018/2020) alegava que a transformação dos Oficiais Escreventes em Técnicos Judiciários era inconstitucional.

Para além da questão salarial, está em curso uma profunda reforma administrativa e na dinâmica do trabalho no TJRS. O aprofundamento da meritocracia, por meio de um sistema de avaliações de desempenho completamente injusto e repleto de falhas; a transição das unidades físicas para unidades virtuais, com a expansão de projetos como a Multicom, CCCs, CCalc, URCA, CAPs etc; o estabelecimento de metas sem qualquer critério objetivo e sem um teto que as limite; o teletrabalho sem contrapartida do TJ, com meta superior ao presencial e com estrutura mínima de fornecimento de equipamentos; nos demonstram que, mais uma vez, a ausência de transparência e diálogo com a categoria são as marcas registradas da atual Administração, e que, na sua ótica, o produtivismo está acima de tudo.

Quando a intransigência toma conta, o enfrentamento se faz necessário. O cenário impõe desafios que só podem ser superados com organização, planejamento, consciência de classe, disposição para o diálogo, coragem e inteligência para lutarmos com unidade e convergência nas nossas ações. No dia 4 de julho do presente ano, foi protocolado o PL 312/2023, que dispõe sobre o realinhamento da matriz salarial no âmbito do TJ e dá outras providências. Em que pese tal projeto não contemplar os anseios da categoria, como o índice de 18% para igualar ao da magistratura, o projeto traz importantes avanços, e por ele precisamos trabalhar incansavelmente junto à Assembleia Legislativa do RS.

A função social do judiciário é promover justiça

Desde os tempos da última constituinte se debate a necessidade de uma profunda reforma do Poder Judiciário, criticado pela morosidade, falta de transparência e confiabilidade. Nos anos 1990 foram discutidas propostas sobre o tema, porém sem avanços. O ano de 1996 é marcado pela publicação do Documento Técnico 319 do Banco Mundial, que atravessou uma ótica completamente diversa na discussão, calcada nos interesses do capital internacional. O documento prevê que “a reforma econômica requer um bom funcionamento do judiciário o qual deve interpretar e aplicar as



leis e normas de forma previsível e eficiente. Com a emergência da abertura dos mercados aumenta a necessidade de um sistema jurídico”. Em outro trecho, os interesses ficam ainda mais evidentes: “a reforma do judiciário tem como alvo o aumento da eficiência e equidade na resolução de conflitos, ampliando o acesso à justiça e promovendo o desenvolvimento do setor privado”. O documento também traz que a independência do Poder Judiciário requer um sistema de nomeações baseado no merecimento, podendo envolver um Conselho de Justiça na participação desse processo. Portanto, o judiciário pretendido pelo capital internacional para os países periféricos (explorados), com apoio do capital nacional destes países, têm por objetivo não a defesa dos direitos das/os trabalhadoras/es, mas dos interesses do capital privado e de seus investimentos nestes países.

O papel do CNJ e a necessidade do Poder Judiciário submetido ao Poder Popular

A partir desse cenário, foi criado no ano de 2004 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Emenda Constitucional 45, visando o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário. Apesar de as discussões sobre o papel do CNJ girarem em torno da necessidade de uma aproximação do poder com a sociedade e da necessidade de controle por meio de outros setores, a atuação do Conselho, desde o seu estabelecimento, tem sido marcada majoritariamente pelo corporativismo e pela defesa dos interesses da magistratura, que transformaram esse órgão no sindicato desta classe. A própria composição do Conselho demonstra esse perfil, com a presença maciça de membros da magistratura (em geral homens brancos cisgênero) em detrimento de outros atores, e até o presente momento, sem nenhuma participação de representação da classe trabalhadora e das entidades classistas das pessoas que compõem o sistema de justiça. As decisões e Resoluções do CNJ têm sido marcadas pela convivência com a desigualdade salarial e nos demais benefícios, pelo estabelecimento de privilégios imorais e insustentáveis à magistratura (vide os casos do auxílio moradia, gratificação de acúmulo de acervo e auxílio creche para juízes), pela negativa de direitos a servidoras/es (por exemplo, a equiparação do auxílio saúde e a retirada do auxílio tecnológico no estado de PE, que havia instituído o benefício por meio de lei estadual). Uma instituição que foi constituída para exercer controle e estabelecer limites, se tornou um braço do Legislativo, pois tem de forma despudorada, legislado em causa própria e em favor de poucos.

Para reverter esse cenário desfavorável não só para a categoria mas para a sociedade, urge que se debata a necessidade de uma ampla reforma do judiciário e do CNJ, com o estabelecimento de mecanismos de controle popular e de participação efetiva e paritária da representação classista nesse contexto, para que possamos ocupar esses espaços e transformar nossa realidade. Somente com a concreta democratização do sistema de justiça conseguiremos enfrentar a crise que se aprofunda, em especial, após o rompimento dos próprios princípios fundamentais do direito vislumbrados em episódios recentes e nefastos da nossa história, como a Operação Lava Jato e o golpe de 2016.

PARTE 5 – CONSTRUINDO UMA ALTERNATIVA RUMO AO BEM VIVER

Momentos nos quais a conjuntura mundial, nacional e regional não está fácil aumentam a desesperança na classe trabalhadora e podem gerar desmobilização. Esse efeito é amplificado quando não existe um trabalho de fortalecimento de estratégia e de propósito de luta, portanto, é sempre importante falarmos do que desejamos conquistar, da beleza de nossos sonhos e da



viabilidade concreta para alcançarmos eles nos nutrindo da história das Revoluções e experiências de luta concreta. O Bem Viver nos leva a questionar a realidade atual como se ela fosse a única possível e nos inspira a construir novos rumos de transformação de sociedade que torne obsoleto o desenvolvimento capitalista.

O “desenvolvimento” é uma nova mentira colonial para o Sul Global

Toda vez que analisamos os graves problemas sociais que assolam o planeta, principalmente no Sul Global, percebemos que é parte do projeto capitalista na dinâmica de concentração de renda e riqueza. Para poucos no centro manterem seu modo de vida imperial é necessário existir fome, miséria, guerras e destruição nas periferias. O Brasil é um exemplo bastante pedagógico sobre como o “desenvolvimento” funciona para os países e seus povos. Desde a invasão europeia o Brasil cumpria um papel específico na divisão internacional do trabalho enquanto colônia de exploração: um lugar fornecedor de pau-brasil, cana-de-açúcar, café, cacau, ouro, borracha, petróleo etc. Ainda hoje, aos olhos do centro do sistema capitalista, somos tratados como essa neocolônia primário-exportadora de commodities: um grande fazendeiro, uma grande mina a céu aberto, um grande poço de petróleo e um grande cassino para a especulação financeira.

Antes o que validava a dinâmica de exploração, opressões e destruição da Natureza era a retórica metrópole/colônia, fortalecida ideologicamente nas categorias de civilização/selvagens, no “direito divino” dos reis da Europa, entre outras falsas narrativas. Com a chegada do século XX e a maior parte dos países do Sul Global se tornando independentes era necessário buscar uma nova construção ideológica que fomentasse o consentimento para a hegemonia capitalista se perpetuar. Assim surgiu a construção ideológica do “desenvolvimento”, divulgada pelo presidente estadunidense Harry Truman em 1949 e reforçada desde então pelas narrativas capitalistas para que fosse seguida por toda a periferia do sistema. Mais de 70 anos depois do surgimento do “desenvolvimento” enquanto conceito ideológico e diretriz política, vemos que nenhum país que seguiu as regras do centro do capitalismo em busca de “alcançar o desenvolvimento” de fato o alcançou, pois esse nunca foi o objetivo real dessa teoria neocolonial.

Apesar do Sul Global ser um exemplo escancarado que seguir as receitas imperialistas para o desenvolvimento não levam nenhum país a se “desenvolver”, somos bombardeados cotidianamente com a propaganda capitalista de que ser primário-exportador, ser o “celeiro do mundo”, ser terra do “agro pop” seria um bom negócio para o povo brasileiro. Para além da propaganda capitalista, o agronegócio de fato é um setor destrutivo ecologicamente (maior responsável pelas emissões de gases do efeito estufa no Brasil e maior causa de destruição dos biomas), injusto socialmente (pois sobrevive da violência no campo e territórios indígenas e tradicionais, da grilagem de terras e da concentração de renda) e ainda é deficitário economicamente (com cadeia concentrada e internacionalizada, isento de impostos, dependente de bilhões em subsídios do Estado e que não arca com o custo das externalidades, principalmente a destruição ambiental e os danos à saúde da população por conta do veneno). É possível constatar uma realidade semelhante em outros setores primário exportadores, como a megamineração e a energia, evidenciando que a ideia de seguirmos a cartilha capitalista para alcançarmos o “desenvolvimento” só pode nos levar a uma posição cada vez mais subalternizada e à destruição da Natureza e de nossos povos.



O Bem Viver enquanto alternativa ao desenvolvimento

Embora os ideólogos do capitalismo tenham decretado o “fim da história” com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, ainda existe muita resistência da classe trabalhadora no mundo nas cidades, no campo e nas florestas. Em diversos lugares do mundo o capitalismo não conseguiu ou tem muitas dificuldades em manter sua hegemonia. E territórios indígenas originários em todos os continentes costumam ser espaços de resistência importante tanto na negação ao capitalismo e ao “desenvolvimento”, como também uma negação à mercantilização da Natureza e a destruição planetária. De fato, povos originários representam em população apenas 6% da humanidade, mas mantém de pé 86% dos biomas no mundo.

O que chamamos de Bem Viver não é um conceito acadêmico cristalizado. É uma construção cotidiana de modos de vida ancestralmente referenciada, viva nos territórios e praticada comunitariamente em torno de bons conviveres que pautem o papel de cada pessoa no mundo, dentro de sua comunidade e de toda a comunidade enquanto parte da Natureza. Plurais e diversos, os bons conviveres construídos pelos povos ao redor do mundo buscam nos levar a uma sociedade livre da exploração, livre de todas as opressões e livre da destruição da Natureza: uma sociedade do Bem Viver.

O Bem Viver não tem dono, nem única raiz. Para o povo Kichwa no Equador o “Buen Vivir” é chamado entre o povo de “Sumak Kawsay”, onde “Sumak” significa o ideal, o belo, o bom, a realização, e “Kawsay” significa a vida ou o equilíbrio da vida. Para o povo Aymara, na Bolívia, o “Vivir Bien” é chamado de “Suma Qamaña”, onde “Suma” significa a plenitude, o sublime, e “Qamaña” significa a vida, o viver, o conviver e o estar. Para o povo Guarani, espalhado pelo Brasil e outros 4 países, trata o “Teko Porã”, que significa o bom e o Belo, é alcançado a partir do modo de vida em comunidade, chamado na cosmovisão guarani de “Nhandereko”. Esses são alguns exemplos, mas é possível encontrar expressões dos bons conviveres presentes na cosmovisão de todos os 305 povos indígenas do Brasil, ou no “Ubuntu” africano, no “Svadeshi” da Índia, no Sumud palestino, entre tantos outros povos. A construção do Bem Viver também está presente em povos tradicionais: quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, quebradeiras de coco-babaçu, catadores de mangaba, povos de fundo de pasto e tantos outros, além de expressões nos movimentos sociais de atuação territorializada que buscam construir o Bem Viver numa perspectiva de totalidade para o conjunto da sociedade nas cidades, no campo e nas florestas.

Em muitas partes do mundo se pensa que o Bem Viver é algo meramente utópico, mas não na América Latina. Aqui, que apesar de toda a devastação promovida pelo capitalismo ainda segue sendo um nascedouro de ideias e construções revolucionárias inspiradoras, foi que se conseguiu colocar pela primeira vez o Bem Viver como parte da constituição de países (em 2008 no Equador e em 2009 na Bolívia). Em ambos os casos, além do Bem Viver estar presente foi reconhecido o fato de que no mesmo país existem vários povos e nações, portanto, foram declarados Estados Plurinacionais, além de ser reconhecida em lei a Natureza enquanto sujeita de direitos, que devem ser garantidos.

Embora tanto no Equador quanto na Bolívia a tentativa de construção do Bem Viver enquanto política pública de Estado tenha sido interrompida por sabotagens imperialistas e até por um golpe a quente na Bolívia, o exemplo desses países contagiou movimentos sociais e povos originários e



tradicionais de todo o mundo, que passaram a reivindicar o Bem Viver, os direitos da Natureza e o reconhecimento de estados plurinacionais. Pelo fato de ser uma formulação que desnuda a raiz das contradições do sistema capitalista, o Bem Viver foi sendo cada vez mais caracterizado como uma alternativa sistêmica de sociedade, totalmente incompatível com o capitalismo e, portanto, revolucionária.

Os povos em tantos territórios do mundo que resistem à hegemonia capitalista nos ensinam que, mais do que nunca, é possível viver em sociedade sem explorar outras pessoas, sem reproduzir opressões e sem destruir a Natureza. Ainda mais importante, esses povos originários e tradicionais demonstram que apenas um caminho assim é capaz de prover as necessidades reais das pessoas de dignidade, paz com justiça social, saúde e harmonia para si e ao ambiente, participação comunitária e felicidade verdadeira.

Construir essa utopia concreta, acabando com o capitalismo e colocando em seu lugar uma sociedade do Bem Viver é bastante desafiador, mas é o caminho capaz de deter o desastre ambiental planetário, acabar com as crises sociais, econômicas, sanitárias, militares e todas as demais. É a missão histórica mais importante da classe trabalhadora, pois, ela só será possível se aprendermos as lições trazidas pela história das Revoluções, conectando todas as nossas lutas da classe em unidade e através do Poder Popular, no qual o povo manda e o governo obedece. Passa por transformações grandes e de vida na práxis de cada pessoa revolucionária, mas passa também por pequenas mudanças em nossas ações cotidianas e ambientes hoje, mostrando nos nossos espaços de construção e luta hoje, em nossos locais de trabalho no judiciário e mesmo em nosso sindicato, que é possível já viver em doses pequenas uma prefiguração dessa sociedade boa e bela que vamos construir para nós e para todas as futuras gerações.

PARTE 6 – SISTEMATIZANDO NOSSAS LUTAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

1. Carreiras e qualificação do servidor:

a) Avaliações de desempenho - aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho (AVF), a exemplo, elevando o percentual para mais de 50% do quadro progredindo; implementação da avaliação 360º, mais objetiva e com garantia da participação classista na negociação, através de grupo de trabalho com essa finalidade específica;

b) Revisão do plano de carreira dos servidores - consoante o artigo 72, da Lei nº 15.737/2021, o prazo para a revisão do plano se encerra em novembro de 2024. Exigir da Administração criação de comissão;

c) Participação do Sindicato nas decisões do TJRS - exigir da administração o cumprimento da Convenção nº 151, da OIT, com a implementação da mesa de negociação permanente no serviço público.

2. Saúde do servidor e da servidora e assédio moral:

a) Fomentar políticas de defesa da saúde do servidor e da servidora - trabalhar de modo conjugado e multidisciplinar na proposição de políticas voltadas à defesa das/os servidoras/es junto ao DMJ, Comissões de Combate ao Assédio Moral e Teletrabalho, entre outras. A responsabilidade é do TJJ;



b) Fortalecer o Núcleo de Saúde do Sindicato - através das pesquisas, trabalho técnico e científico, construir uma política de saúde para pautar o TJ.

3. Pauta Remuneratória:

a) Implementar a Data-base - Lutar na revisão da lei 15.737/2021, avançando como uma data base para revisão anual da matriz salarial, onde possamos diminuir os abismos salariais e buscar o ganho real da categoria a médio e longo prazo ;

b) Revisão geral das categorias - lutar coletivamente com outras categorias do serviço público estadual, via Frente dos Servidores Públicos do RS, para garantir uma mesa de negociação com o governo e um calendário de recuperação de perdas;

c) Redução das desigualdades - construir uma alternativa de redução das do abismo remuneratório entre diferentes cargos e em comparação com a magistratura.

4. Política nacional:

a) Fortalecer a Fenajud, com maior participação nas suas instâncias;

b) Lutar pela aprovação das PECs 555/2006 e 526/2010;

c) Construir o caminho para reformar o CNJ e democratizar a Justiça;

d) Garantir a Negociação Coletiva no âmbito do Serviço Público;

e) Lutar contra a reforma administrativa e demais ataques a nível nacional.

5. Defesa dos aposentados e aposentadas:

a) Fortalecer o Núcleo de Aposentados do Judiciário Estadual (NAP);

b) Combater o etarismo em nossa categoria e na sociedade;

c) Promover políticas para as/os aposentadas/os e pensionistas do TJ:

b.1. Construir com as demais categorias projeto de lei para abolir a contribuição previdenciária das aposentadas/os;

b.2. Lutar junto ao TJ para o aumento do Auxílio Saúde;

b.3. Lutar pela criação do Auxílio Médico Social conforme a Lei Complementar nº 680/2016 de SC;

b.5. Continuidade das Oficinas digitais e Encontros Anuais do NAP;

b.6. Espaço para aposentadas/os no jornal Lutar é Preciso.

6. Tecnologia e Mundo do Trabalho:

a) Fortalecer o grupo de trabalho e tecnologia do Sindjus;

b) Luta junto ao TJ pela implementação do auxílio-tecnológico;

c) Garantir a participação ativa da categoria e do sindicato na construção das reformas necessárias pela transição tecnológica;



d) Diálogo constante com a categoria sobre as mudanças tecnológicas e os seus impactos na vida do mundo do trabalho.

7. Combate ao Racismo, à LGBTFobia, ao Machismo e à Misoginia

- a) Fortalecer os coletivos do Sindjus, fomentando a participação da categoria;
- b) Construir intercâmbios com outros coletivos de outras categorias, com integração e ações com outros movimentos sociais e políticos;
- c) Construir encontros anuais dos coletivos;
- d) Participar das discussões a nível Internacional, Nacional, Estadual e Municipal;
- e) Construir uma comunicação inclusiva, antirracista, antihomofóbica, antimachista.

8. Construir o Bem Viver

- a) Lutar junto aos movimentos ambientalistas pelos Direitos da Natureza;
- b) Defender nossos povos originários local e nacionalmente;
- c) Fomentar um debate sobre alternativas ao capitalismo como formação;
- d) Fortalecer e ampliar as atribuições do Ecojus no TJRS.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 933-955.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

ANTUNES, Ricardo. Capitalismo Pandêmico. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BETONI, Camila; MICK, Jacques (coord.). O Futuro do Trabalho na América Latina: cartilha de formação para trabalhadoras/es. Florianópolis: Em Debate; LASTRO; Fazendo Escola, 2022.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OXFAM; A “sobrevivência” do mais rico: por que é preciso tributar os super ricos agora para combater a desigualdade. 2023. Disponível em <https://materiais.oxfam.org.br/a-sobrevivencia-do-mais-rico-davos-2023>

Pooli, A. M., & Monteiro, J. K. (2018). Assédio moral no judiciário: prevalência e repercussões na saúde dos trabalhadores. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 18(2), 346-353. <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2018.2.13516>



TEJADAS, S. da S., & JUNQUEIRA, M. R. (2021). Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico. *Serviço Social & Sociedade*, (140), 101–117. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.240>

Assinam esta tese a direção colegiada do SindjusRS



TESE 02 - RETOMAR A DEMOCRACIA SINDICAL E A COMBATIVIDADE É URGENTE E ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O ano de 2023 iniciou com uma nova desaceleração global da economia, em continuação à crise iniciada em 2008 nos EUA, que nunca foi debelada, apesar da existência de curtos períodos de recuperação.

No início deste ano, o Banco Mundial reduziu as previsões de crescimento para 2023 a níveis próximos da recessão em muitos países. Ao mesmo tempo, o FMI declarou esperar que a economia mundial entre em recessão em 2023 com a desaceleração econômica dos Estados Unidos, da China e da União Europeia.

As principais economias mundiais, EUA e China, apresentam enfraquecimento da atividade econômica, refletindo não só os efeitos da pandemia, da guerra da Ucrânia, que se arrasta há mais de um ano, mas também as pressões inflacionárias ao redor do mundo e as altas taxas de juros mantidas pelos bancos centrais, tendo à frente o Federal Reserve dos EUA.

Nos EUA, uma crise no sistema bancário ocasionou em 2023 a quebra de quatro grandes bancos regionais (Silicon Valley Bank, Signature Bank, Silvergate e First Republic Bank), o que abriu às portas para uma crise internacional bancária. Sinal disto foi a quebra do segundo maior banco da Suíça e uma das 30 maiores instituições financeiras do mundo, o Credit Suisse, em março.

Nesta conjuntura, aprofundam-se as disputas intra-imperialistas pelo controle da economia mundial, dos mercados, das terras e das matérias primas, principalmente entre as duas maiores potências mundiais, EUA e China. A guerra Rússia-Ucrânia é produto desta disputa, envolvendo não apenas os dois países em conflito, mas também a Otan/Estados Unidos, que prestam apoio militar à Ucrânia, e à China, que busca minimizar as sanções comerciais à Rússia, principalmente na compra de petróleo e gás.

Ao mesmo tempo, a desigualdade social se aprofunda em todos os cantos do mundo, com reflexos na precariedade das condições de trabalho, fome, racismo, doenças, guerras e migrações forçadas pela pobreza.

A burguesia financeira mundial, que controla o planeta e que tem no rentismo - especulação financeira - sua principal atividade, exige e consegue de todos os governos, sejam de direita ou de esquerda, a salvação de seu patrimônio e status, que é obtida através de ataques aos resquícios do Estado de Bem Estar Social ainda existentes e da transferência para seus bolsos, via empréstimos e financiamentos diretos a juros insignificantes (que em grande parte dos casos não são pagos, seja através de anistias ou do simples calote), oriundos de recursos públicos, que deveriam ser investidos em educação, moradia, saúde pública, assistência social, previdência e infraestrutura que tragam benefícios à sociedade. Não bastasse isto, as isenções e benefícios tributários e as anistias de dívidas atingem diretamente o montante de recursos que deveriam estar à disposição da sociedade.

A especulação financeira – rentismo - levada a cabo pela burguesia financeira, ao contrário do que a maioria pensa, não é produto dos nossos tempos. Marx já a demonstrava ao analisar a situação da França por volta de 1848, só para ficar com um exemplo. Assim, hoje como naquele tempo, a aristocracia financeira continua ditando as leis, conduzindo a administração do Estado, dispondo



sobre o conjunto dos poderes públicos organizados e controlando a opinião pública por meio da grande imprensa (na realidade, sua imprensa).

O pagamento das “dívidas públicas” para banqueiros e especuladores financeiros continua sendo o principal compromisso de todos os governos, sejam de direita ou de esquerda. Compromisso que desvia diretamente os impostos recolhidos, principalmente dos trabalhadores, para o bolso dos parasitas financeiros.

Frente às sucessivas e intermináveis crises do sistema capitalista, as classes dominantes, a fim de manter sua dominação e o cambaleante capitalismo, não têm outra opção a não ser atacar cada vez mais os trabalhadores, utilizando para isto seus valiosos agentes dentro da própria classe trabalhadora.

Reformas intermináveis nas legislações trabalhista, previdenciária, administrativa e tributária, redução da remuneração real dos trabalhadores, aumento da jornada trabalho e - principalmente nos países subdesenvolvidos - incentivo ao trabalho informal (sob a maquiagem de "empreendedorismo") são ações permanentes das classes dominantes. Ao lado disto, a destruição do meio ambiente, característica intrínseca do sistema capitalista, causa danos que se encaminham, se não forem tomadas medidas urgentes, tornar-se irreversíveis para o planeta e para a humanidade.

A classe trabalhadora resiste

Manifestações contra os governos e seus planos de atacar os trabalhadores ocorrem em todo o mundo. Só para citar brevemente dois exemplos, temos a França e o Reino Unido, países centrais do capitalismo.

Na França, onde o governo de direita de Macron promoveu uma reforma previdenciária no sentido de aumentar a idade mínima para a aposentadoria, seguindo a linha neoliberal aplicada em todos os países, os trabalhadores promovem, desde março, greves e manifestações massivas por todo o país, que chegaram a atingir cerca de 3 milhões de participantes. Apesar de aprovada através de um canetaço do presidente – após não ser rejeitada no parlamento, os protestos continuam, já que a previsão de entrada em vigor da lei é setembro deste ano.

No Reino Unido, em fevereiro, milhares de trabalhadores em greve fecharam escolas, universidades e parte da rede ferroviária, no maior dia de paralisações, em mais de uma década em protesto contra o aumento do custo de vida.

Importante lembrar que estas manifestações representam a resistência aos ataques promovidos atualmente pela burguesia internacional. A classe trabalhadora enfrenta esta burguesia e seus governos desde os primórdios do capitalismo.

Capitalismo em crise? Novidade Nenhuma

Crises no sistema capitalista, com os consequentes ataques à classe trabalhadora, ocorrem desde que este sistema ultrapassou o feudalismo, processo iniciado no século XVII na Inglaterra. Desde a primeira grande crise, ocorrida entre 1873 e 1896, chamada de "Grande Depressão", o sistema capitalista vive de crise em crise, grandes ou pequenas. E isto não poderia ser diferente. Como nos ensina o marxismo, períodos de crise são inerentes a este sistema de exploração, no qual é incessante a busca de lucros por uma minoria que detém os meios de produção e enfrenta cada vez maiores dificuldades para manter suas taxas de lucro.



Se há algo claro, em meio às incertezas históricas e crises próprias, é que o sistema capitalista não serve aos interesses dos trabalhadores, mas fundamentalmente a sua exploração. E, fato inquestionável, é que este sistema, baseado na dominação da grande massa da população mundial por uma minoria parasita, exploradora do trabalho da maioria, jamais poderá ser reformado, em razão de sua essência intrínseca, no sentido de melhorar as condições de vida dos trabalhadores ou de diminuir-lhes a exploração.

São três séculos sob o sistema capitalista, sistema que não deu certo em nenhum lugar do mundo. Trabalhadores explorados, miséria e fome em todo o planeta, devastação da natureza, tudo promovido em favor de uma minoria que não chega a 1% da humanidade.

Dados inquestionáveis demonstram isto: desde 2020, o 1% mais rico do mundo abocanhou quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020 – cerca de US\$ 42 trilhões, seis vezes mais do que coube a 90% da população global (7 bilhões de pessoas) conseguiu no mesmo período. E, na última década, esse mesmo 1% ficou com cerca de metade de toda riqueza criada. Pela primeira vez em 30 anos, a riqueza extrema e a pobreza extrema cresceram simultaneamente.

Apesar de toda a propaganda feita a partir da história contada pelos atuais vencedores, e repetida por seus agentes dentro do movimento da classe trabalhadora, de que o marxismo é coisa do passado, esta ideologia continua sendo atualíssima, explicando e expondo como nenhuma outra teoria burguesa ou reformista, o funcionamento do capitalismo. E apontando o caminho da libertação dos trabalhadores do mundo inteiro dos grilhões do capitalismo.

O crescimento do neofascismo

A novidade das duas primeiras décadas deste século é o ressurgimento de forças ultra-reacionárias, de extrema-direita e neofascistas, produto das crises cada vez mais profundas do sistema, do incentivo aberto ou velado das classes dominantes e da desilusão da classe trabalhadora em relação aos governos de esquerda, que jamais deixaram de seguir e implantar as exigências dos capitalistas.

Ataques a organizações sociais de todos os tipos, ataques aos direitos dos trabalhadores, ataques à cultura; patriotismo, xenofobia, intolerância religiosa, machismo, homofobia, discurso anticomunista e a negação da ciência são as suas principais características.

No Brasil, este movimento está representado pelo bolsonarismo, que trouxe à tona o esgoto da sociedade brasileira, a qual, com seu ascenso, se sente à vontade para explicitar todos os seus desvios e doenças sociais, que no passado tinham de ser ocultados.

CONJUNTURA NACIONAL

A eleição de Lula em 2022 representa a interrupção de um projeto claro de destruição do país promovido pelo ex-presidente Bolsonaro, um ex-milico que vive às custas de mandatos parlamentares e da política, de forma parasita, desde 1988. A derrota foi grande, entrando para a história como o único presidente a não conseguir a reeleição.

O povo brasileiro impôs nas urnas a derrota ao governo de direita dirigido por um presidente fascista, ligado às milícias, apoiado principalmente pelos bandidos do agronegócio, pela grande maioria de empresários, por grande parte de milicos golpistas e por pastores de igrejas evangélicas. O grande “feito” de seu governo foi o genocídio de mais de 600 mil brasileiros durante a pandemia, que teve como principal responsável o ex-presidente.



A nova situação surgida da vitória democrática de 2022 apresenta alguns avanços importantes, como as recentes decisões de retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, reajustes nas bolsas acadêmicas, aumento – irrisório – no salário mínimo, adequação da faixa de isenção do imposto de renda, aumento nas bolsas de graduação e pós-graduação, reajuste dos valores da merenda escolar (defasado há cinco anos) e o novo programa da Farmácia Popular.

Essas medidas, apesar da importância que representam, principalmente por interromperem em parte o processo de destruição do país dirigido pelos governos Temer e Bolsonaro/Guedes, entretanto, não passam de mero paliativo, insuficiente para uma retomada da economia que beneficie a classe trabalhadora, mesmo nos marcos do capitalismo.

O terceiro governo Lula inicia extremamente frágil e temeroso, com uma imensa dificuldade de emplacar quaisquer medidas no parlamento - que apresenta uma grande maioria de oposição de direita, extremamente reacionária e inimiga dos trabalhadores. Bem como sendo acossado e fustigado diariamente pela grande imprensa, porta voz e propagandista do parasitismo rentista e do agronegócio. O governo está acuado, e, infelizmente, ao invés de buscar nas ruas o apoio necessário para enfrentar o parlamento e a imprensa, cada vez mais se submete às exigências das classes dominantes.

Se há algo claro é que, se este governo não romper radicalmente a cartilha neoliberal que rege a política econômica, os trabalhadores amargarão a melhora deficiente dos índices de emprego, uma maior precarização do trabalho, a continuidade do arrocho salarial e uma implacável asfixia de recursos para financiar as políticas públicas.

Incentivos Fiscais

A “abertura da caixa-preta dos incentivos fiscais” prometida pelo ministro da economia Haddad, ao que parece não passou de bravata momentânea. Os fatos têm demonstrando, de forma notória, ao longo da história, que os objetivos apresentados como justificativa para “incentivos” e isenções nunca foram atingidos. Na realidade, na maioria dos casos, não passaram de mentiras que visavam a somente privilegiar os empresários. Além de não mais se ouvir falar do assunto da “abertura”, contrariando o discurso, novas isenções foram dadas para a indústria automobilística, sob o pretexto da produção de um “carro popular” com reaquecimento da economia do setor, o que traria, como sempre afirmado, a melhoria dos níveis de emprego. Nada mais que o velho discurso da direita neoliberal.

Taxação dos mais ricos

Um estudo da Oxfam – ONG internacional que atua na busca de soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça – demonstra que um imposto anual de até 5% sobre a riqueza dos super-ricos poderia arrecadar US\$ 1,7 trilhão por ano. Esse valor seria suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza, financiar os apelos humanitários existentes pelo mundo e entregar um plano de 10 anos para acabar com a fome no planeta. A taxação dos mais ricos avança em todo o mundo, e é promovida inclusive por governos de direita.

O Imposto sobre Grandes Fortunas está previsto no Art. 153,VII da Constituição Federal, dependendo de legislação complementar. Desde 2019 existem pelo menos cinco projetos em discussão no Senado, três deles apresentados após o início da pandemia.

O país tem hoje 284 bilionários, e é um dos únicos no mundo que não tributa lucros e dividendos. Isso faz com que os mais ricos paguem proporcionalmente menos impostos do que a



maioria da população brasileira. Dados do Ministério da Economia mostram que cerca de 25,7 mil pessoas, que representam apenas 0,2% da população adulta no país, concentram uma fortuna média equivalente a R\$ 52,2 milhões, ou seja, 16,6% de toda a riqueza declarada. Um grupo um pouco maior, de 324 mil pessoas (1,2% da população) tem renda média de R\$ 52,8 mil e concentram 32,9% da riqueza líquida declarada.

No Brasil, 85% da população brasileira defende uma maior taxaço dos mais ricos para que o Estado tenha a capacidade de financiar serviços públicos de qualidade para quem mais precisa. O país, que tem hoje 284 bilionários segundo a revista Forbes, é um dos únicos no mundo que não tributa lucros e dividendos. Isso faz com que os mais ricos paguem proporcionalmente menos impostos do que a maioria da população brasileira.

Infelizmente, esta medida, que teria o apoio da maioria da população e da classe trabalhadora, não encontra respaldo no atual governo. Apesar de manifestações do candidato Lula em 2022, que prometia que esta questão seria tratada nas propostas a serem enviadas para o congresso, o tema foi abandonado no novo governo. “Nós vamos fazer uma proposta que as pessoas que ganham lucros e dividendos paguem um pouco mais, para que se possa fazer a distribuição correta neste país”, afirmou o candidato.

O Banco Central e sua autonomia

O sistema capitalista sempre teve como objetivo deixar a economia entregue às relações do mercado, blindando-a de qualquer ingerência da política. A autonomia do BC, instrumento para este objetivo, sempre foi uma pauta dos políticos liberais brasileiros.

Em 25/02/2021 entrou em vigor a Lei Complementar 179, de autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM), na qual o Banco Central passou a ser classificado como autarquia de natureza especial, caracterizada pela "ausência de vinculação a ministério, de tutela ou de subordinação hierárquica". Até então, o BC era vinculado ao Ministério da Economia.

Esse projeto foi votado e aprovado durante a pandemia, em 2021, o que gerou protestos: grande parte do debate sobre o tema se deu de forma remota, apesar da complexidade da questão e do fato de ela não ser tão urgente

Com a justificativa de “isolar o BC das pressões políticas”, o Banco Central continua sendo o responsável por “assegurar a estabilidade de preços” e “zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego”, tudo conforme a propaganda dos “formadores de opinião” e colonistas da grande mídia a serviço dos especuladores financeiros.

Na verdade, o principal objetivo desta autonomia é assegurar que pressões políticas da sociedade não interfiram, a partir de medidas governamentais, nos interesses das classes dominantes, tendo à frente o rentismo. Portanto, uma pseudo-autonomia, já que a instituição passa a ser a executora das vontades do “mercado” (leia-se: burguesia financeira e rentistas / especuladores).

No início do governo Lula, o Banco Central já mostra a que veio, obedecendo às demandas do capital financeiro. A estratégia das altas taxas de juros leva à utilização de fundos monetários de reserva, de bancos e empresas, para a obtenção de títulos públicos de curto prazo do Banco Central, o que retira excedentes da economia e leva à paralisação do desenvolvimento. É um excelente negócio



para os ricos e especuladores financeiros em geral, e ao mesmo tempo cria dificuldades ao desenvolvimento econômico do país, o que é usado como propaganda para atacar o governo.

O ganhador do Prêmio Nobel de economia, Joseph Stiglitz, professor da Universidade de Columbia (EUA) e ex-economista-chefe do Banco Mundial (1997-2000), afirmou em entrevista a BBC Brasil, em relação às altas taxas de juros mantidas pelo Banco Central, comandado pelo bozonarista Roberto Campos Neto, que “há um custo enorme em ter taxas de juros altas. Isso coloca o Brasil em desvantagem competitiva, estrangula as empresas brasileiras, enfraquece a economia do país”. “Então o presidente Lula está absolutamente correto em estar preocupado com essas questões”, afirmou o economista.

O que fica claro é que os trabalhadores e o povo pobre precisam é de um Banco Central que atenda as suas necessidades, e não a de parasitas e exploradores.

Neste sentido, foi apresentado no Congresso, pelo deputado Guilherme Boulos (PSOL), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 19/23, que desfaz a autonomia do Banco Central, inclui o pleno emprego como uma das metas da autoridade monetária e estabelece quarentena para diretores do órgão.

PELO FIM DA AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL!

TODO APOIO AO PLP 19/23!

A criminalização do Movimento dos Trabalhadores sem Terra

O MST foi criado em janeiro de 1984 como um movimento de luta pela reforma agrária e contra o modelo de reforma agrária imposto pela ditadura militar, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas do país. Ao contrário deste modelo, o MST busca a redistribuição das terras improdutivas.

A chamada Reforma Agrária Popular é um projeto popular que articula a luta pelo direito à terra, o debate das questões ambientais, a produção de alimentos saudáveis e a defesa geral dos direitos sociais dos trabalhadores do campo.

A principal forma de atuação do movimento são as ocupações de terras improdutivas, que não estejam cumprindo sua função social, e terras griladas.

Nos assentamentos conquistados pelo MST a principal forma organizativa são as cooperativas de produtores. Em 2022, eram 160 cooperativas produzindo alimentos, principalmente arroz, feijão, milho, trigo, café, cacau, mel, mandioca, leite, carnes e hortaliças, que abastecem as cidades e suas populações.

Segundo o Instituto Riograndense do Arroz – IRGA – o MST é o maior produtor de arroz orgânico do Brasil. Em 2022, foram produzidas cerca de 15 mil toneladas de arroz orgânico, distribuído aos pontos de venda com a marca Terra Livre, a qual comercializa os vários produtos de 19 cooperativas de assentados.

O MST desde sua fundação despertou a ira dos latifundiários e da burguesia em geral, seguidos pela sempre presente grande mídia. Na defesa de terras improdutivas, geralmente ocupadas por algumas cabeças de gado, e de terras griladas, os donos destas terras lançam mão de assassinatos de lideranças do movimento.



Este ano a direita, os bandidos do agronegócio e a grande mídia, aliados à bancada ruralista e bancada da bala, iniciaram uma campanha para criminalizar o MST, através da instalação de uma CPI para "investigar ações", "a atuação do grupo e seu real propósito", bem como seus financiadores. Na verdade, mais uma das inúmeras tentativas de criminalização do movimento que acontecem desde a sua fundação.

A atual "CPI do MST" demonstra claramente a que veio, ao mesmo tempo que expõe seus defensores e executores.

A começar pelo presidente desta CPI, o famigerado deputado ex-milico e bozonarista Zucco, que é financiado pelo paranaense Sebastião Bueno Xavier, condenado por manter 23 trabalhadores em condições degradantes em Mato Grosso e listado na lista suja do trabalho escravo. Este mesmo deputado, em meio ao escândalo nacional do trabalho escravo nas vinícolas gaúchas, votou a favor da tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa extinguir o MPT e a Justiça do Trabalho no Brasil.

Seguindo pelo relator da CPI, o deputado Ricardo Sales, ex-ministro do meio ambiente do governo Bozo, fundador do Movimento Endireita Brasil, amigo das madeireiras e do garimpo ilegal, que deixou como feito de sua gestão o maior desmatamento da Amazônia em 12 anos, com quase 50% das áreas de proteção afetadas.

Os trabalhadores do campo e das cidades devem repudiar esta e qualquer tentativa de criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, levadas a cabo pelos bandidos do agronegócio, representados pela bancada ruralista e bancada "da bala", apoiados pela grande mídia, denunciando ao mesmo tempo os verdadeiros criminosos do campo, do garimpo e do desmatamento ilegal, principalmente na Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica.

Tentativa de golpe – Sem Anistia!

O ex-presidente Bozo passou toda a sua gestão disseminando informações mentirosas sobre as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral, preparando o terreno para a não-aceitação de uma provável derrota eleitoral.

O ápice deste processo foi uma reunião com embaixadores realizada em julho de 2022, evento que foi transformado em ato eleitoral para proferir declarações mentirosas sobre as eleições de 2022 e o sistema eleitoral brasileiro. Por esta reunião Bozo foi declarado inelegível.

Após a derrota nas urnas, protestos antidemocráticos contra o resultado das eleições ocorreram por todo o país, principalmente bloqueio de rodovias e acampamentos em frente a instalações militares, pedindo um golpe militar que impedisse a posse do novo presidente eleito.

Tentativa de invasão à sede da polícia federal, visando libertar o cacique José Acácio Tserere, preso sob a acusação de ser um dos mandantes de uma invasão à área de embarque do aeroporto de Brasília, resultaram em veículos incendiados e destruídos.

Em 24 de dezembro, véspera de natal, foi descoberto pela polícia federal um artefato explosivo colocado em um caminhão de querosene nas proximidades do aeroporto de Brasília, que só não explodiu por ter havido uma falha na montagem.

Na manhã do sábado dia 7 de janeiro, mais de 100 ônibus, vindos de várias partes do país, a maioria oferecida de graça por empresários e bandidos do agronegócio, chegaram à Brasília



trazendo golpistas bozonaristas que se juntaram aos golpistas acampados em frente ao QG do exército.

No dia seguinte, escoltados pela polícia militar do Distrito Federal, fizeram uma marcha até a Praça dos Três Poderes, onde ocorreram as invasões, depredações e o vandalismo generalizado. Entre os participantes da tentativa de golpe estavam servidores públicos, políticos, militares, evangélicos, blogueiros empresários e o agronegócio.

Não só os golpistas já presos e denunciados, mas principalmente os financiadores e mentores da tentativa de golpe devem ser exemplarmente punidos! E com eles também o principal incentivador do golpe no país, o ex-presidente Bolsonaro.

Que não seja repetido com Bozo, financiadores e organizadores da tentativa de golpe os vergonhosos acordos fechados com os milicos e torturadores da ditadura militar em 1979, causa principal da fragilidade institucional que o país vive. Nunca esqueçamos que somente no Brasil os responsáveis pela ditadura militar escaparam ilesos, ao contrário de Uruguai, Argentina e Chile, onde acabaram na cadeia.

SEM ANISTIA!

CADEIA PARA OS GOLPISTAS, ORGANIZADORES, FINANCIADORES E INCENTIVADORES DO GOLPE!

Revogação das reformas trabalhista e previdenciária

O impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a eleição do neofascista Jair Bolsonaro à presidência da República (facilitada pela prisão de Luís Inácio Lula da Silva, em 2018) tinham como um dos objetivos essenciais a ascensão de governos capacitados a implantar as reformas trabalhista (Michel Temer) e previdenciária (Jair Bolsonaro), que, na prática, derogaram as últimas normas de proteção ao trabalhador vigentes e o próprio instituto da aposentadoria, tamanhas as limitações (especialmente no que diz respeito às exigências de idade mínima para sua concessão) impostas.

Muito embora não tenha se comprometido de forma explícita, sinalizando alterações pontuais, é crucial que o governo de Lula envide esforços no encaminhamento e aprovação no Congresso da revogação das ditas reformas, garantindo, assim, um mínimo de proteção e dignidade à classe trabalhadora. Para tanto, assim como para combater e impedir os retrocessos defendidos pela oposição neofacista, é fundamental que o movimento sindical e popular desperte da acomodação e tome as ruas exigindo sua concretização.



O PODER JUDICIÁRIO COMO INSTRUMENTO AUXILIAR DA DOMINAÇÃO CAPITALISTA E SUA REESTRUTURAÇÃO CONFORME AS DIRETRIZES EXPLORATÓRIAS DO BANCO MUNDIAL

Assim como o governo e o parlamento, o Judiciário é uma peça institucional fundamental na manutenção da manutenção do exploração da classe dominante sobre os trabalhadores e na repressão de sua luta pela superação do sistema capitalista. Outra não é a realidade que justifica os privilégios econômicos e funcionais garantidos à magistratura, diferenciada dos trabalhadores do poder, como verdadeira casta feudal, com condições econômicas e períodos de descanso que se constituem num verdadeiro acinte frente à miséria e precariedade de vida da massa da população trabalhadora do país e dos próprios trabalhadores da instituição.

E nas últimas décadas tem recebido especial atenção do capital financeiro internacional, que necessita garantir, nas regras legais vigentes, a predominância dos seus interesses. Assim, as pretensas reformas consecutivas que vêm sendo executadas, inclusive no Brasil, na estruturação de suas atividades não atendem realmente a critérios de eficiência e atendimento célere das necessidades de prestação jurisdicional da população em geral, como alardeiam seus agentes, mas aos planos arquitetados desde a década passada no Banco Mundial.

Outro não é o espírito que informa o desmonte da estrutura cartorária tradicional, com sua substituição por verdadeiras linhas de montagem virtuais (as centrais de cumprimento multicomarcas e de atendimento – CCCs e CAP), que, implantadas já em outras unidades da federação, chegam agora ao Judiciário estadual do Rio Grande do Sul.

Seu óbvio objetivo (além do enxugamento de pessoal e barateamento dos custos da mão de obra, com recrudescimento da exploração produtivista, através da adoção de metas exaustivas e distribuição geral da massa de trabalho entre todos os servidores, independentemente da comarca em que atuam) é dar “agilidade” aos procedimentos para que se garantam os interesses do grande capital financeiro e econômico, representados pelos grandes escritórios.

A realocação dos trabalhadores do judiciário nestas centrais permitirá sua transformação em instrumentos dóceis e eficientes do produtivismo almejado, seja pelo isolamento que lhes dificultará a organização e resistência, seja pelo próprio asoberbamento de suas tarefas, submetidos a exaustivas metas e à vigilância permanente de comissões gestoras praticamente anônimas. Aliada a ela a vigência de um regulamento de evolução na carreira pela via exclusiva das progressões meritocráticas (via avaliação do desempenho das chefias imediatas), criam as condições ideais para o aproveitamento até a exaustão de seus corpos e mentes na maratona de trabalho imposta sem a necessidade de se nomear as vagas de cargos existentes ou mesmo reajustar os salários da maioria, pautando-se a administração explicitamente pelo “privilegiamento” remuneratório daqueles servidores diretamente vinculados à elaboração das decisões judiciais, relegando-se a massa dos demais, tida como mera executora de tarefas burocráticas apartadas das “nobres funções” de despachar e elaborar minutas.

Assim é fundamental a articulação de uma profunda resistência no sentido de revogar sua implantação, ou, no mínimo, de afastar o caráter exaustivo e exploratório de metas e da organização do tempo e execução do trabalho, garantindo a gestão coletiva das ditas centrais, ao invés da imposição hierarquizada e compulsória de normas e procedimentos a partir das comissões.



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES, PLANO DE LUTAS E REFORMA ESTATUTÁRIA

Pauta de reivindicações:

Deverá informar a ação sindical prioritariamente, com espírito de absoluto empenho na busca de sua concretização e sem qualquer vacilação, a seguinte pauta:

- democratização do judiciário, com participação de servidores e juízes na eleição do presidente do Tribunal de Justiça, bem como dos diretores de foro nas comarcas e luta, a nível nacional, para adoção, via reforma constitucional, da eleição direta por voto popular, com mandato certo, e extinção da vitaliciedade, para magistrados de todas as instâncias (a medida em que vagarem) a fim de estabelecer o controle e soberania popular efetivos sobre o Judiciário, cuja atual forma de recrutamento de seus membros o torna uma instância independente e a parte da sociedade, reproduzindo como verdadeira casta os próprios interesses nas respectivas decisões, além do próprio ordenamento jurídico-político ;

- revisão imediata e radical da Lei do Plano de Carreira promulgada em 2021, de modo a garantir:

a) a recuperação integral das perdas históricas, medidas pela inflação real , não expurgada (IGP-DI) até o primeiro semestre de 2025, garantindo-se as ocorridas desde abril de 2015 até o primeiro semestre de 2024 e as posteriores até o ano seguinte, e adoção de uma política salarial de recuperação anual, obrigatória e integral da inflação (IGPM), nos moldes previstos na Constituição Federal, art. 37, X, a partir de 1º de janeiro de 2024 – plenamente possíveis e justificáveis perante o fato concreto de que os sucessivos relatórios de gestão fiscal do Tribunal apontam sobras consideráveis em relações às margens de comprometimento de alerta, prudencial e máxima;

b) implantação de data-base e dissídio anual para fixação de aumentos reais de salário, de forma a elevar o menor piso do judiciário, progressivamente, ao salário mínimo do Dieese e avançar em direitos e benefícios, previstos ou não legalmente, em negociação paritária e obrigatória com a administração do Tribunal;

c) adoção dos vencimentos básicos correspondentes à antiga entrância final para os diversos cargos;

d) reenquadramento dos servidores do último ao primeiro grau remuneratório da atual carreira, em ordem decrescente de antiguidade no cargo que ocupavam quando da promulgação da atual lei, enquadrando-se os servidores aposentados no último grau de cada carreira;

e) adoção do critério alternado de antiguidade e mérito tanto para promoções quanto para progressões, dando-se a primeira de ambos por antiguidade;

f) revisão dos critérios de avaliação do desempenho para progressão ou promoção por mérito, de modo a se excluir os itens evitados de subjetividade e que não possuam relação direta com a produtividade ou excelência técnica das atividades exercidas no cargo e sua fixação no corpo da lei, e não em regulamento expedido ao bel prazer da administração;

g) eliminação da utilização de cursos de aperfeiçoamento e diplomas de graduação de escolaridade formal na avaliação do desempenho para progressão ou promoção por mérito e substituição por gratificação específica de aperfeiçoamento e graduação a ser concedida aos que



realizarem os respectivos cursos, quaisquer que sejam as especializações ou áreas de graduação formal superior;

g) transformação dos cargos de auxiliar de serviços gerais em Técnico Judiciário e oficial ajudante em analista judiciário;

h) transposição de todos os celetistas, inclusive os do Emprego Público, para os cargos efetivos de carreira de atribuições correspondentes;

i) estabelecimento de carreira promoção vertical, mediante critérios alterados de antiguidade e mérito entre os cargos de técnico e analista das diversas áreas, bem como a extinção das funções de confiança (CCs e FGs) de chefia e criação de cargos efetivos correspondentes, recrutados em promoção vertical, por antiguidade e mérito, dentre membros dos cargos de analista das respectivas áreas;

j) o estabelecimento de horário de trabalho uniforme de 6 horas contínuas (do meio-dia às 18 h) para a Justiça de 1º e 2º graus;

k) remuneração de horas extras, adicional noturno para os servidores obrigados a cumprir turnos à noite, conforme previsão no Estatuto dos Servidores e na forma já consagrada aos trabalhadores regidos pela CLT;

l) adoção de auxílio-transporte para todos os servidores, celetistas ou estatutários, mediante pagamento de valor único fixo para todos no respectivo contracheque, atualizado anualmente pela variação do IGPM, no mínimo;

m) extensão do auxílio-refeição aos períodos de licença-prêmio e aposentadoria e atualização anual pela variação do IGPM, no mínimo;

n) adicional de periculosidade e insalubridade para oficiais de justiça, guardas de segurança e servidores da Distribuição e Contadoria (que são responsáveis pelos depósitos de armas e objetos apreendidos);

o) restrição progressiva de todos os CCs, inclusive os de chefia da Justiça de 2º grau (cujo acesso deverá se dar por servidores de carreira, pelos critérios objetivos de mérito e antiguidade) e estabelecimento de concurso para os cargos de assessoramento de desembargadores e juízes, eliminando-se, num prazo máximo de 3 anos todas as funções de cargo em comissão – típicas da “confiança”, desnecessária e prejudicial à missão específica do Judiciário;

- Estatuto que contemple os direitos constitucionais garantidos e os constantes do Estatuto dos Servidores Cíveis Públicos do Estado;

- reforma do Estatuto do Servidor Público Civil do Estado (Lei 10098), de forma a adaptá-lo plenamente aos princípios trabalhistas e administrativos da Constituição Federal, eliminando os resquícios autoritários ainda presentes;

- revogação da última reforma do IPE-Saúde e da contribuição previdenciária de 14% dos aposentados para o IPERGS;

- criação de cartórios de plantão regionalizados na Grande Porto Alegre e interior do Estado, nos moldes do existente atualmente no Foro Central da capital;



- extinção das centrais de cumprimento e atendimento (ou, alternativamente, sua organização mediante o estabelecimento de metas mínimas, e métodos de trabalho condizentes com a saúde física e mental do trabalhador em prazo razoável - no mínimo um mês, sem atribuição personalizada e obrigatória -, através de gestão compartilhada entre os diversos membros de cada central) e preenchimento de todos os cargos vagos, por concurso, e imediata reestatização dos cartórios privatizados; - equipamento de trabalho adequado à saúde dos servidores, como cadeiras, telas de proteção, teclado ergométrico;

- reorganização da Central de Custas e Cálculos mediante o estabelecimento de metas mínimas, e métodos de trabalho, condizentes com a saúde física e mental do trabalhador em prazo razoável (no mínimo um mês, sem atribuição personalizada e obrigatória), através de gestão compartilhada entre os diversos membros atuantes na central;

- realização imediata de concurso para as mais de 2.000 vagas existentes no Judiciário gaúcho (cuja metade pode ser tranquilamente custeada pela extinção ao auxílio-moradia da magistratura gaúcha, com utilização dos recursos a ela destinados) e redimensionamento (constando do plano de carreira) dos quadros de servidores necessários a atender o aumento da demanda processual nos últimos 15 anos;

- fixação de um padrão salarial mínimo nacional para os trabalhadores da justiça de todo o Brasil;

Plano de Lutas

O caminho para atingir estas reivindicações, infelizmente, não é outro senão a adoção de uma postura séria pela liderança do movimento sindical, de real comprometimento democrático com as deliberações soberanas da categoria e forte investimento na sua mobilização e formação sindical, mediante a sua convocação para decidir em assembleia geral a construção de uma grande greve em 2024, em vista das reivindicações acima expostas, bem como a adoção imediata das seguintes atitudes práticas de gestão:

- o direcionamento das matérias do jornal da entidade, o Lutar é Preciso, para as necessidades e manifestações da categoria, ampliando seu espaço para envio de matérias dos leitores, voltando as matérias publicadas para a realidade concreta vivida pelas comarcas, em tom crítico evidentemente.

- a substituição das caras e inócuas campanhas publicitárias por intervenções pontuais, contundentes e esclarecedoras na mídia, e a profissionalização da Secretaria de Imprensa, que deve estar pronta para enviar resenhas, solicitar e suscitar entrevistas e matérias sobre a realidade dos servidores e do judiciário gaúcho, sempre que possível;

- a realização até o final do segundo semestre de 2023 de grande seminário de formação sindical visando explorar as dificuldades quotidianas de mobilização da categoria em seus locais de trabalho, especialmente com a imposição da meritocracia escravagista propiciada pelo esquema produtivista e autoritária das atuais progressões, a partir do nefasto Plano de Carreira implantado, que induz à competitividade obediência cega às instâncias patronais, em detrimento da solidariedade e capacidade de questionamento, inconformidade e resistência coletivas.



Reforma Estatutária:

É urgente a efetiva democratização do sindicato, de forma a garantir a estruturação, procrastinada há décadas, por sucessivas gestões pusilânimes e autoritárias, do movimento sindical dos servidores do judiciário gaúcho de forma combativa e consciente, em que cada trabalhador se sinta profunda e entusiasticamente engajado na luta pelo resgate de sua dignidade humana, de ser sensível e pensante com direitos próprios, não submetido como mera ferramenta descartável (como se avizinha nos planos de gestão patronal para um futuro próximo) aos imperativos produtivos e meritocráticos da alta cúpula do Poder Judiciário, e possa assim, liderado por uma direção de sua efetiva confiança, empenhar-se ao de forma contundente na luta. Para tanto se faz necessário:

- a revogação da última reforma autoritária, perpetrada em outubro de 2021, realizada de forma precária e impositiva pela direção institucional do Sindjus, restabelecendo-se a forma presencial exclusiva das assembleias gerais, reuniões de representante e demais instâncias estatutárias coletivas de deliberação e discussão, e revogando-se a possibilidade da realização de eleições para o sistema diretivo do sindicato através do voto on line, fazendo-se estas, preferencialmente, através do voto impresso e, alternativamente e com as devidas garantias de idoneidade, através da utilização da urna eletrônica; bem como revogando-se a possibilidade de eleição por aclamação da direção sindical em caso de não registrar-se mais de uma chapa ao pleito;

- a implementação do orçamento participativo, elaborado em conjunto com toda categoria e em vista de seu debate, com a adoção de orçamentos regionalizados, geridos autonomamente pelas direções de macro-região;

- a redução do atual auxílio de custo aos diretores para 50% dos vencimentos de um auxiliar de serviços gerais e sua restrição àqueles que tiverem de mudar de domicílio, morando a mais de 20 km da capital do Estado;

- a garantia aos diretores eleitos do ressarcimento pelo sindicato de direitos trabalhistas comuns à categoria que perderem em razão de seu afastamento do local de trabalho para exercício do mandato, como auxílio-refeição, e o auxílio transporte para todos os diretores, independentemente de seu domicílio; - a divulgação mensal do balancete da entidade, via site, discriminando os auxílios acima previstos;

- a divulgação, no jornal, site e páginas em redes sociais da entidade, por ocasião da prestação de contas anual, de forma discriminada, de toda e qualquer contribuição, auxílio ou apoio financeiro a associação, entidade ou órgão de classe, devendo constar, necessariamente, data, valor repassado, nome e endereço da entidade beneficiada, vedado o uso da conta “despesas diversas”, em qualquer peça contábil;

- divulgação mensal dos gastos com publicidade, nos mesmos moldes do item anterior;

- a eleição proporcional, entre as chapas, dos membros do Conselho Fiscal, que passarão a ser tão somente 5 titulares, extinguindo-se as atuais suplências, que não possuem qualquer sentido prático, dado que este manifesta-se tradicionalmente, a cada prestação anual de contas;

- a atribuição à Assembleia Geral dos servidores da soberania máxima e inquestionável, superior ao próprio Congresso – e com poderes para alterar e revogar as decisões de qualquer outra instância –, eliminando-se a dubiedade de poder atualmente existente;

- a redução do quorum para autoconvocação da Assembleia Geral para 5% dos servidores;



- a instituição do plebiscito para grandes decisões, como filiações a centrais, federações ou alteração de mensalidade, ou fusões a outras entidades sindicais, mediante deliberação da Assembléia Geral;

- a revogabilidade do mandato de diretores, membros dos conselhos, coordenadores de núcleo e representantes de local de trabalho;

- a instituição do impeachment por crime de responsabilidade aos diretores que se opuserem frontalmente aos direitos trabalhistas básicos da categoria, com a expulsão, inclusive dos filiados comuns que adotarem tal prática, tornando-se inelegíveis por dois mandatos consecutivos e não podendo reintegrar-se ao quadro social por 4 anos, respectivamente;

- a redução do mandato de diretores, membros dos conselhos, coordenadores de núcleo e representantes de local de trabalho para 2 (dois) anos, antecipando-se o final do mandato atual para o próximo ano de 2024;

- a garantia às chapa concorrentes nas eleições sindicais do envio da propaganda impressa, publicação do material de campanha no jornal da entidade, relação completa de sindicalizados (com e-mails) e etiquetas de endereçamento correspondentes, bem como auxílio de custo no valor equivalente a 5 salários de auxiliar de serviços gerais de entrância inicial para custeio da campanha, visando coibir o abuso de poder econômico decorrente do financiamento externo por chapas ligadas a grandes centrais sindicais e partidos;

- a especificação detalhada das fontes de custeio, tiragem do material e empresas de propaganda e marketing responsáveis pela campanha, na prestação de contas, em prazo de 5 dias imediatamente ao encerramento do pleito e a pena de inelegibilidade para todo e qual cargo direto de qualquer instância do sindicato em caso de rejeição da prestação de contas.

Porto Alegre, julho de 2023

Assinam esta tese pela corrente **LUTA E INDIGNAÇÃO** os seguintes delegados:

Ubirajara Passos

Jorge Volkart

Pedro Teófilo Lenzi

Rubinei Costa Preigschadt

com o apoio dos seguintes trabalhadores da base:

Lúcia Saldanha Caiaffo

Joel Oliveira da Costa

Lara Araújo

Régis Paulo Pavani

Felipe Ribeiro



Milton Antunes Dorneles

Inezita dos Santos Cunha

Rosa Carmo Araújo Neumann

Neusa Maria dos Santos

Gilmara Cabral Silveira

Thiago Troccoli

Fontes:

Recessão global em 2023 é provável, mostra pesquisa do Fórum Econômico Mundial (cnnbrasil.com.br)

Economia mundial entrará em recessão em 2023, diz FMI (poder360.com.br)

inflação mundial | Carta de Conjuntura (ipea.gov.br)

O que aconteceu com o Credit Suisse? Entenda | Empresas | Valor Investe (globo.com)

As lutas de classe na França, Karl Marx

https://www.oxfam.org.br/noticias/o-1-mais-rico-do-mundo-embolsou-quase-duas-vezes-a-riqueza-obtida-pelo-resto-do-mundo-nos-ultimos-dois-anos/?gclid=CjwKCAjwvpCkBhB4EiwAujULMoCbNG8ht94lqDnWDeuWlojWwXjz5EeLgGR3ilJraYluEjG1aLZGtBoCuaoQAvD_BwE

<https://www.jornalopcao.com.br/economia/taxar-grandes-fortunas-pode-retirar-2-bilhoes-de-pessoas-no-mundo-da-pobreza-458446/#:~:text=Fran%C3%A7a%20Espanha%20e%20Argentina,Argentina%2C%20a%20a%C3%ADquota%20%C3%A9%20%C3%BAnica.>

Lula diz que pretende aumentar taxaço de ricos | Exame

Taxar grandes fortunas pode retirar 2 bilhões de pessoas no mundo da pobreza - Jornal Opção (jornalopcao.com.br)

DataSenado revela apoio à taxaço de grandes fortunas, tema ainda não regulamentado no país — Rádio Senado

Taxar grandes fortunas pode retirar 2 bilhões de pessoas no mundo da pobreza - Jornal Opção (jornalopcao.com.br)

Nova fase da operação da PF contra golpistas mira financiadores do 8 de Janeiro – CartaExpressa – CartaCapital

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/stf-ja-tornou-reus-90percent-dos-denunciados-por-atos-golpistas-do-8-de-janeiro.ghtml>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-06/mpe-pede-condenacao-de-bolsonaro-por-reuniao-com-embaixadores>



<https://fpabramo.org.br/2023/03/24/banco-central-a-vanguarda-da-extrema-direita/>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/25/lei-da-autonomia-do-banco-central-entra-em-vigor>

«MST passa por 'rebranding' e se aproxima das cidades e da classe média». Folha de S.Paulo. 15 de outubro de 2022. Consultado em 8 de novembro de 2022

«Maior produtor de arroz orgânico do Brasil, MST vive dificuldades para comercializar o grão». BBC News Brasil. Consultado em 8 de novembro de 2022

<https://mst.org.br/2023/05/24/condenado-por-trabalho-escravo-financiou-presidente-da-cpi-do-mst/>

<https://cartacampinas.com.br/2023/06/independencia-dos-bancos-centrais-promove-desigualdade-social-revela-estudo-do-proprio-banco-mundial/>

<https://cartacampinas.com.br/2023/02/premio-nobel-de-economia-diz-que-lula-esta-certo-sobre-juros-e-banco-central-errado/>

Investigado por contrabando de madeira, Ricardo Salles pede exoneração do Ministério do Meio Ambiente – Projeto Manuelzão (ufmg.br)

COLETIVOS DO SINDJUS-RS

Leia os QRcodes para visitar as páginas dos coletivos



COLETIVO DE MULHERES
NÃO ME
CALO



SINDJUS RS
Unir, Lutar e Vencer

